



Fórum de Presidentes

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L Edifício CFA - Bairro Asa Sul - Brasília-DF - CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1800 - www.cfa.org.br

ATA DO 3º FÓRUM DE PRESIDENTES DO SISTEMA CFA/CRAS EM 2021

DATA: 18 e 19 de novembro de 2021

HORÁRIO: 09h às 18h (18/11) e das 09h às 12h (19/11)

LOCAL: Sede do SEBRAE, em Brasília/DF

PARTICIPANTES

A – Presidentes/Representantes de CRAs presentes

1. Adm. Rui Feitosa – CRA-AC
2. Adm. José Ediberto de Omena Junior – CRA-AL
3. Adm. Clenis Siqueira de Sousa de Lima – CRA-AP
4. Adm. Nelson Aniceto Fonseca Rodrigues – CRA-AM
5. Adm. Maria da Graça P. Barreto – CRA-BA
6. Adm. Leonardo José Macedo – CRA-CE
7. Adm. Jairo Ubiraci Baptista Salles Brandizzi – CRA-DF
8. Adm. Jaylson Franklin Mendonça Nunes – CRA-MA
9. Adm. Hélio Tito Simões de Arruda – CRA-MT
10. Adm. Rogério Elói Gomes Bezerra – CRA-MS
11. Adm. Jehu Pinto de Aguiar Filho – CRA-MG
12. Adm. Fábio Lúcio de Souza Costa – CRA-PA
13. Adm. Cesar Emanuel Barbosa de Lima – CRA-PB
14. Adm. Sérgio Pereira Lobo – CRA-PR
15. Adm. Amílcar Pacheco dos Santos - CRA-PE, Presidente da Junta Interventora
16. Adm. Roberthy dos Santos Barbosa – CRA-PI
17. Adm. Leocir Dal Pai – CRA-RJ
18. Adm. Rodrigo Fortunato de Oliveira Alves – CRA-RN, Vice-Presidente
19. Adm. Cláudia de Souza Pereira Abreu – CRA-RS
20. Adm. Francisco Tavares de Melo – CRA-RO
21. Adm. Saturnino Moraes Ferreira – CRA-RR
22. Adm. Djalma Henrique Hack – CRA-SC
23. Adm. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker – CRA-SP
24. Adm. Jorge Luiz Cabral Nunes – CRA-SE
25. Adm. Martha Helena R. de Souza – CRA-TO

B – Ausências justificadas (Presidentes)

1. Adm. Maurílio José Martins Inês – CRA-ES
2. Adm. Samuel Albernaz – CRA-GO
3. Adm. Flávio Emílio Monteiro Cavalcante - CRA-RN
4. Adm. Iranilson Ferreira Mota – CRA-TO

C – Conselheiros Federais presentes

1. Adm. Mauro Kreuz – SP, Presidente
2. Adm. Francisco Rogério Cristino – CE, Diretor da CAF
3. Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior – DF, Diretor da CFR
4. Adm. Cláudia de Salles Stadtlober - RS, Diretora da CFP
5. Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa – SE, Diretor da CCM
6. Adm. Gilmar Camargo de Almeida – MG, Diretor da CRIE
7. Adm. Fábio Mendes Macêdo – AC, Diretor da CGP
8. Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa – PB, Diretor da CEPE
9. Adm. José Carlos de Sá Colares – AM, Ouvidor
10. Adm. Amílcar Pacheco dos Santos – PR, Coordenador da CPAC

D - Ausências Justificadas (Conselheiros Federais)

1. Adm. Rogério Ramos de Souza - TO, Vice-Presidente

ASSUNTOS EM DISCUSSÃO

1. ABERTURA

Às nove horas e dezessete minutos o Adm. Mauro Kreuz, Presidente do CFA, cumprimentou os presentes e deu boas-vindas aos Presidentes dos CRAs e aos Diretores Executivos do CFA. Informou que mais uma vez o SEBRAE cedeu o espaço para a realização do Fórum de Presidentes e que seguindo as regras daquela Entidade, devido às medidas sanitárias, foi necessário restringir o quantitativo de participantes. Em continuidade, pediu um minuto de silêncio em homenagem às mais de 600 mil vítimas da COVID, bem como de colegas e familiares de colegas que também em função da COVID deixaram de conviver conosco. Ato contínuo executou-se o hino nacional. Em seguida, o Presidente Mauro Kreuz registrou as ausências justificadas dos Presidentes do CRA-GO, Adm. Samuel Albernaz; do Presidente do CRA-

RN, Adm. Flávio Emílio Monteiro, representado pelo Adm. Rodrigo Fortunato de Oliveira Alves, Vice-Presidente; do Presidente do CRA-TO, Adm. Iranilson Ferreira Monta, representado pela Adm. Martha Helena R. de Souza, Vice-Presidente e, ainda, registrou a ausência justificada do Vice-Presidente do CFA, Adm. Rogério Ramos de Souza. Apresentou a mesa de trabalho e passou a palavra ao Adm. Jairo Brandizzi, Presidente do CRA-DF. Este, cumprimentou e deu boas-vindas aos Presidentes, pedindo a Deus que os guarde e os proteja; que os dias de hoje e de amanhã sejam agradáveis, de paz, respeito e cordialidade. Informou que Brasília está à disposição e que está aqui para servir a todos. Em continuidade, o Presidente Mauro Kreuz passou a palavra ao Cons. Rogério Cristino, Diretor Administrativo e Financeiro e este desejou bom dia.

2. APRECIÇÃO DA ATA DO 2º FÓRUM DE PRESIDENTES DO SISTEMA CFA/CRAS, REALIZADA NOS DIAS 10 E 11 DE JUNHO DE 2021, EM BRASÍLIA/DF. (DELIBERATIVO)

Em apreciação, aprovada por unanimidade de votos. O Presidente Mauro Kreuz solicitou a inclusão na pauta do tema “Decisões judiciais preocupantes” em nome da Presidente do CRA-BA, Adm. Maria da Graça Barreto e o Presidente do CRA-MT, Adm. Hélio Tito Simões de Arruda solicitou a inclusão da Resolução Normativa CFA nº 610, de 16/11/2021 que “Dispõe sobre os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências”. Em continuidade, o Presidente Mauro Kreuz relatou que participou de reunião com o Adm. Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) e líder da Rede Governança Brasil, para tratar dentre outros, do estabelecimento de parceria com o CFA, em especial, com o objetivo de aplicar a utilização do IGM-CFA. Outro ponto da pauta, que tem avançado bastante, foi a construção de um projeto de lei que está sendo relatado em breve no Congresso Nacional que trata do projeto estratégico de nação, algo defendido por ele, Presidente Mauro Kreuz, há anos. Citou que o Ministro Augusto Nardes relatou que tem recebido dezenas de denúncias contra os Conselhos de Fiscalização e que na próxima semana o referido Ministro participará da reunião do Fórum dos Conselhos para tratar da questão. Ressaltou que as denúncias são graves, que envolvem todos, inclusive o Sistema CFA/CRAs e que, dentre as denúncias, estão questões que envolvem gastos indevidos, gastos com viagens, eventos e coisas que não têm sentido. Diante disto, o Presidente Mauro Kreuz pediu aos Presidentes atenção quanto aos gastos. Citou que outro ponto ressaltado pelo Ministro se refere às prestações de contas, muitas, não conformes. Em seguida, o Presidente Mauro Kreuz lembrou que no ano que vem ocorrerão as eleições nacionais e as dos Sistema CFA/CRAs e que até 31/12/2022 o foco deve ser a gestão em primeiro lugar. Em continuidade, o Presidente Mauro Kreuz se reportou às declarações do Presidente do CRA-RR, Adm. Saturnino Ferreira quantd da última reunião do Fórum de Presidentes e pediu desculpas aos Presidentes pelo flagelo que foram expostos naquela ocasião. Informou que foi acometido por problema de saúde e que, posteriormente, soube de tudo, e pediu, em nome do CFA, desculpas públicas pelo flagelo, pelas narrativas mentirosas a que foram expostos, de forma indevida e descabida. Salientou que nunca tratou alguém de forma diferente, salientando que a gestão do CFA é profissional. Que ela olha fatos e não pessoas e que é lamentável que se traga a esse Fórum divergências paroquiais, que já tinham sido resolvidas. Acrescentou que medidas estão em curso e serão tomadas para trazer a verdade à tona. Informou que a denúncia formulada na Ouvidoria do CFA sobre o parcelamento indevido das anuidades teve total procedência, que existem as provas, tanto que houve formalmente por parte do CRA um pedido de reconsideração. Que a inspeção realizada pela Comissão constituída pelo CFA foi com base em relatório da Câmara de Administração e Finanças do CFA e não na denúncia formulada à Ouvidoria, e que baseado no referido relatório o Plenário entendeu que o melhor seria verificar *in loco*, salientando que naquela verificação os fatos apontados no relatório não se confirmaram. Em continuidade, o Presidente Mauro Kreuz ressaltou que nunca extrapolou sua posição como Presidente e que o fato, por se tratar de denúncia de descumprimento de Resolução Normativa foi encaminhado pela Ouvidoria à Presidência. Salientou ainda, que a Assessoria Jurídica do CFA não errou ao dizer que o documento encaminhado ao CFA era apócrifo, uma vez que o documento não continha timbre, data e nem assinatura física ou eletrônica, concluindo então, que a Assessoria Jurídica do CFA foi assertiva. Por fim, o Presidente Mauro Kreuz citou que precisava fazer esses rápidos recortes para que pelo menos, parcialmente, a verdade esteja reposta. Em continuidade, informou que até o último dia em que o Presidente Saturnino Ferreira esteve em Brasília/DF, logo após ser acometido por problemas de saúde, o CFA o acompanhou, com zelo e cuidado.

3. APRESENTAÇÃO DO SEI. (PRESIDENTE)

O Presidente Mauro Kreuz informou que a Diretoria Executiva e o Plenário do CFA deliberaram que a partir de janeiro de 2022 nenhum documento encaminhado ao CFA tramitará fora do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e que na próxima semana será enviado expediente comunicando a referida deliberação aos CRAs e Conselheiros Federais. Com a palavra, o colaborador José Carlos de Araújo Ferreira, Coordenador de Informática informou que o SEI já está implantado em 25 CRAs e que estão em tratativas as implantações nos CRAs de SP e do RJ. Na sequência, apresentou dados de processos gerados por cada um dos Conselhos em 2021 e desde a implantação do Sistema e a produção diária de processos, com destaque aos CRAs MG, BA, TO, SC e DF; produção mensal por usuário, com destaque aos CRAs TO e RO; produção mensal de documentos, CRAs AL e RO; desempenho geral, CRAs AL, RO, TO, MG, MS, SC, PA, AP, MT, AP. Em seguida, informou aos Presidentes que o CFA está desenvolvendo um Portal do SEI com o objetivo de uniformizar os processos administrativos do Sistema CFA/CRAs, apresentar informações atualizadas à legislação pertinente à guarda de documentos digitais e à temporalidade dos processos. Informou que recentemente o CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos estabeleceu a tabela de temporalidade para os Conselhos de Fiscalização, que esta tabela já foi aplicada no nosso Sistema e já estamos enquadrados na nova normativa estabelecida pelo CONARQ no que se refere à guarda de documentos. Quanto ao assunto, o Presidente Mauro Kreuz informou que a questão também está em discussão no âmbito do Conselho e que em reunião realizada com o Conselho Nacional de Arquivos ficou definido que aquele órgão não atenderá mais nenhum Conselho Regional; que no Conselho foi criada uma Comissão Especial composta por cinco ou seis Conselhos Federais e que esta Comissão será a interlocutora com o CONARQ. Assim, os Conselhos Federais se reportarão à referida Comissão Especial esta, orientará os Conselhos Federais e estes, orientarão os seus Regionais. Em continuidade, o Presidente Mauro Kreuz informou que recentemente foi aprovado um parecer exarado pelo Senador Espiridião Amin sobre o novo documento de identidade nacional e que isto terá impacto direto na Carteira de Identidade Profissional expedido pelo Sistema CFA/CRAs, digital ou virtual. Que há algum tempo o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA foi escolhido como entidade profissional piloto no âmbito do governo e no próprio Tribunal Superior Eleitoral que as CIPs terão biometria e QR Code e o CPF será o número nacional. Informou ainda, que a biometria a ser utilizada será a do Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, acrescentou o Presidente Mauro Kreuz, há alguns problemas no tocante à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD que é a forma em que o TSE cederá a referida biometria aos Conselhos de Fiscalização. Ressaltou que há várias questões ainda não definidas e que a única coisa certa é que haverá mudanças, tanto na CIP física como na digital. Que outra grande preocupação nos Conselhos de Fiscalização é de como ficarão os números dos registros, uma vez que a nova regra estabelece que o único número de identificação será o CPF. Informou que a questão está em estudo; que o responsável pelo assunto no CONFEA fez uma apresentação no Fórum e que se imagina que os números utilizados pelos Conselhos ficarão como números de controle interno.

4. APRECIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES – EXERCÍCIO 2022 (PRESIDENTE)

Em apreciação, o calendário de realização das reuniões do Fórum de Presidentes para o exercício de 2022, conforme abaixo registrado, foi aprovado por unanimidade de votos.

- 1º Fórum de Presidentes do Sistema CFA/CRAs, dias 17 e 18/02, em Brasília
- 2º Fórum de Presidentes do Sistema CFA/CRAs (Conjunto), dias 9 e 10/06, em Brasília
- 3º Fórum de Presidentes do Sistema CRA/CRAs, dias 24 e 25/11, em Brasília

O Presidente Mauro Kreuz informou que poderá ser realizado um Fórum quando do XVII FIA e que a escolha para a realização em Brasília/DF se dá por conta da economicidade.

5. OUVIDORIA (PRESIDENTE E OUVIDOR)

O Cons. José Carlos de Sá Colares, Ouvidor do CFA informou que a Ouvidoria do CFA encaminhou o último relatório aos CRAs e que têm sido observadas algumas situações que merecem reflexões, como por exemplo, muitos denunciante registrados ou não, se pronunciam direto para a Ouvidoria do CFA, quando eles têm a primeira instância que seria o Regional. Que em respeito aos Presidentes dos CRAs a Ouvidoria encaminha a demanda diretamente para conhecimento e manifestação do Regional, mas que em muitas vezes não recebemos de volta as respostas. Há situações ainda em que as respostas não são muito agradáveis, com pronunciamentos não adequados à solução do problema. Salientou que todos os Regionais têm Ouvidor e que nós precisamos atender aos interessados. O Presidente Mauro Kreuz salientou que é necessário bastante cuidado com os nossos registrados e que a Ouvidoria é um órgão extremamente importante, que muitas vezes é a única forma de os colegas expressarem o que sentem. Que temos de estar preparados como líderes, como dirigentes, e saber lidar com o ruim, mas não podemos deixar de ouvir. Cumprimentou o Ouvidor do CFA pelo brilhante trabalho. Em continuidade, o Presidente Mauro Kreuz informou que no assento reservado ao CRA-PE está ocupado pelo Cons. Amílcar dos Santos Pacheco, Presidente da Junta Interventora recém-instituída pelo CFA, integrada ainda, pelos Conselheiros Federais, Francisco Rogério Cristino, Diretor Administrativo e Financeiro do CFA e Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa, Diretor de Estudos e Projetos Estratégicos do CFA. Para que tenham ciência sobre a medida adotada, passou a palavra ao Cons. Amílcar Pacheco. Com a palavra, o Cons. Amílcar Pacheco saudou a todos e informou que a Junta Interventora recebeu a determinação por meio de Resolução Normativa instituída pelo CFA com o objetivo específico e pontual de avaliar as fraudes com referência a receitas e não pagamento de cotas-partes devidas ao CFA no montante de aproximadamente 300.000,00. Que à princípio houve alguns problemas relacionados a não aceitação da Diretoria e dos funcionários do CRA-PE e que o trabalho foi bastante difícil no começo. Acrescentou que houve tentativa de não fornecer as informações, o que levou a um trabalho muito maior, mas que por meio do livro razão e toda a documentação foi possível identificar problemas sérios. Na sequência, o Interventor, Cons. Amílcar Pacheco citou algumas situações já identificadas, como o fato de um imóvel pertencente ao CRA-PE servir de sede para o Sindicato dos Administradores daquele Estado; que o imóvel foi avaliado em R\$250.000,00 e possui débitos pertinentes ao IPTU no valor de R\$243.000,00. Que a sede nova está caindo, com infiltrações, não tem telefone interno, na sala da Presidência possui somente uma mesa e duas cadeiras e que o Regional não possui estrutura adequada, sendo que neste momento está sendo providenciada a aquisição de equipamentos básicos como computadores para os colaboradores. Em continuidade, relatou que um único funcionário é gerente da fiscalização e Ouvidor do CRA, ocupando ainda, a função de Secretário do Sindicato; que este, funciona na casa antiga do Regional e utiliza dois telefones que são do CRA. Quanto à folha de pagamento, informou que além da forma regular ainda foi identificada a existência de folha suplementar com valores adicionais a cada um dos colaboradores. Citou que em 2020, ano de pandemia, houve o gasto de R\$273.000,00 em diárias pagas para todos os colaboradores, sendo que não houve nenhum evento e que em 2021, até 13/10, o gasto com diários foi no valor de R\$180.000,00. Informou que o CRA tem 83% de inadimplência; não realiza procedimento de cobrança e não tem advogado. Para tanto, com o objetivo de sanar estes problemas, o Interventor, Cons. Amílcar Pacheco informou que estão sendo contratados uma nova contadora e um advogado e que serão iniciadas ações quanto à dívida ativa. Reportou-se ainda, ao fato de serem realizadas em média somente três reuniões plenárias por ano e que os balancetes enviados ao CFA não são apreciados e aprovados nas sessões plenárias. Ato contínuo, informou serem tristes os fatos para o Sistema CFA/CRAs, relatou brevemente outras situações encontradas no CRA, salientando que as que foram aqui apresentadas, são as principais, e concluiu pedindo desculpas aos Presidentes por ter que relatar a questão. Reiterou agradecimentos aos Presidentes dos CRAs CE e PE, respectivamente, os Administradores Leonardo Macêdo e César Emanuel, assim como ao Presidente do CFA, Cons. Mauro Kreuz. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que os fatos expostos são tristes, mas são a realidade. O Diretor Administrativo e Financeiro, Cons. Rogério Cristino se reportou às Comissões constituídas no CRA-E, em especial, a de Licitações, composta por três membros, sendo um deles o Vice-Presidente do CRA. Por fim, o Presidente Mauro Kreuz agradeceu o relato e informou que será realizado um trabalho pleno, completo e exitoso, salientando que as ações estão alinhadas com o Plenário do CFA.

6. PROPOSTA DE PARCERIA ENTRE CFA E A SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO - SEPRT. (CRA-AM)

O Presidente do CRA-AM, Adm. Nelson Aniceto apresentou como contribuição para fortalecimento da fiscalização do Sistema CFA/CRAs o Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo Conselho Federal de Contabilidade com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT – do Ministério da Economia que disponibiliza ao Sistema CFC/CRCs o acesso à base de dados atualizada da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), possibilitando que seja realizada a fiscalização efetiva junto às pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades de contabilidade. Na sequência, procedeu à leitura do Ofício nº 603/2021/CRA-AM, de 17/09/2021 enviado pelo CRA-AM ao CFA, com proposição de adoção de ação similar pelo CFA. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz agradeceu pela contribuição e passou a palavra ao Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro. Este, informou que há muito tempo o Sistema CFA/CRAs está na luta com essa questão da RAIS junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Ministério da Economia. Que o processo ficou bastante tempo parado naqueles órgãos, apesar das diversas tentativas do CFA, por conta de questões voltadas à Lei Geral de Proteção de Dados. Mas, que recentemente o CFA procurou o Conselho Federal de Contabilidade, que eles deram o caminho das pedras e o último andamento é que haverá uma reunião com o órgão responsável na próxima e na semana posterior, para vermos o que está faltando. Com a palavra, o Presidente Nelson Aniceto informou recentemente o CRA-AM firmou Acordo com a JUCEA do Amazonas e que eles nos oferecerão os CNAES da Administração. Ato contínuo, o Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro informou que em relação à esta questão já existe um Convênio com a Receita Federal e que ainda nesta reunião serão apresentadas as informações.

7. PARCERIA CRA-PI COM O GOVERNO DO ESTADO. (CRA-PI)

Com a palavra, o Presidente do CRA-PI, Adm. Roberthy dos Santos Barbosa cumprimentou a todos e informou que muitas práticas de gestão estão dando certo no CRA-PI e que acha importante dividi-las com o Sistema, citando que ao final apresentará os retornos alcançados. Na sequência, citou a realização dos Seminários de Administração (SEMAD) que inicialmente eram realizados somente na capital e que as parcerias estabelecidas com o governo do estado possibilitaram a realização de seis seminários, em outros municípios do estado, que contaram com aproximadamente 1.350 inscritos; todos realizados na modalidade presencial e ao custo de R\$7.000,00 cada. Informou que o CRA-PI busca estabelecer parceria com o estado sob o tripé mais estruturas físicas disponíveis no Conselho, mais vagas e no avanço pela legalidade quanto à contratação do profissional em Administração naquele estado. Citou que em março de 2019 o CRA-PI participou de audiência com Deputado Estadual Fábio Novo para tratar da instituição de lei estadual do Administrador com o objetivo de viabilizar mais reconhecimento ao mercado de trabalho local e o piso salarial, e que a ação já está na etapa final. Informou ainda, da realização de encontro com a Vice-Governadora do Estado, Superintendente da Secretaria de Educação e com a Secretária Estadual de Administração em que foram alcançados apoios muito bons. Que no tripé, mais estruturas físicas, o CRA conseguiu com que o Regional possa funcionar nos 10 principais polos do estado, com a única despesa de mão-de-obra, sendo o mobiliário fornecido pelo governo do estado, por meio de termo de cessão, inicialmente, por 3 anos, com possibilidade de extensão. Informou ainda, que o CRA-PI inaugurou no Poti Shopping estrutura para sala do Administrador, não somente para recebê-los, mas também, para que o Administrador possa usar para reuniões e para recebimento de clientes, com agendamento prévio e ainda, inaugurou a sala do Administrador em Picos-PI. No item mais vagas, citou que foram pleiteados processos seletivos em favor dos profissionais de Administração com a conscientização da necessidade daquele profissional e que 82 vagas foram abertas por meio de processo seletivo na SEDUC. No quesito legalidade, informou que foi aprovada a lei do piso salarial e que este ficou sob o valor de R\$3.500,00, embora a proposta do CRA-PI tenha sido de R\$4.000,00. Em continuidade, apresentou informações sobre o crescimento e o desempenho do Regional nos três primeiros anos da atual gestão, que envolveu um trabalho de atualização cadastral e de cobrança, salientando que aquele Conselho apresentou crescimento em 126% e recuperou as perdas ocorridas com o início da pandemia.

8. PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS CRA-PI E PREFEITURAS. (CRA-PI)

O Adm. Roberthy dos Santos, Presidente do CRA-PI informou que o programa é voltado para os profissionais de administração com o objetivo de aquecer a economia local. Que a proposta ao governo do estado, a ser estendida aos municípios, está voltada às empresas com CNAE da Administração, com concessão de benefícios tributários, a administradores empreendedores e empresas com consultorias, todos, com registros ativos no CRA-PI. Ao final, colocou o CRA-PI à disposição dos Conselhos que quiserem se aprofundar nas documentações de todas as ações ora explanadas.

9. ALÔ FISCAL. (CRA-CE)

O Presidente do CRA-CE, Adm. Leonardo Macêdo informou que o Alô Fiscal é um canal que tem como objetivo captar denúncias sobre o exercício ilegal da profissão, edital de concurso, edital de licitação e outros. Apresentou o resultado do painel denominado “Impugnômetro” com 11.509 editais analisados, 88 editais impugnados e 17 mandados de segurança impetrados. Informou que os CRAs AC, CE, MA, PE e PI já aderiram à ferramenta e colocou-a à disposição dos Regionais que manifestarem interesse.

10. CRA JOVEM. (CRA-CE)

O Presidente Leonardo Macêdo informou da necessidade de aproximação maior com a comunidade estudantil e que para isto o CRA-CE criou o CRA Jovem, uma plataforma de apoio aos estudantes. Por meio do site crajovem.adm.br ou do Aplicativo CRAJovem os estudantes preenchem o cadastro e anexam documentação e, após aprovação cadastral ele terá acesso a diversos recursos, como a Carteira de Estudante Digital. Em seguida, o Presidente Leonardo Macêdo colocou a plataforma à disposição dos CRAs.

11. PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS. (CRA-CE)

O Presidente do CRA-CE, Adm. Leonardo José Macêdo informou que o objetivo do projeto é fiscalizar os cargos em comissão no Estado do Ceará, salientando que mesmo os cargos sendo de livre nomeação deve haver a habilitação legal para sua ocupação. Lembrou que o projeto tem o objetivo de fiscalizar as 184 prefeituras e câmaras municipais do estado do Ceará, bem como órgãos públicos estaduais e federais e empresas públicas daquele estado. Em continuidade, colocou-se à disposição para compartilhar todas as informações e métodos, e pediu licença à Presidência do CFA, para dizer que a fiscalização é tão importante para o Sistema que poder-se-ia pensar em constituir núcleo de apoio aos CRAs que não têm condição, núcleo coordenado no CFA para dar apoio jurídico, de TI, de marketing com vistas à fiscalização. Na sequência, o Presidente Leonardo Macêdo apresentou informações sobre as ações realizadas quanto ao projeto em questão. Informou que por meio do API de dados abertos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará foi possível fazer a aquisição dos dados brutos em relação às prefeituras de todo o estado; que em seguida os dados foram tratados, sendo identificados 348.934 agentes públicos, dos quais 48.909 são ocupam cargos comissionados. Dentre eles, cargos com o nome de Administrador, fora outras possibilidades como, logística e outras correlatas à área de Administração, foram identificados 5.451 cargos de Administradores e destes, declarados pelas prefeituras, 2.700 cargos são cargos comissionados de administradores. Na sequência, informou que será utilizado como embasamento jurídico a Lei 14.204/21 que define em seu “*art. 9º São critérios gerais para a ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, inciso II – perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou com a função para a qual tenha sido indicado*”. Apresentou ainda, modelo de Ofício para abordar todos os municípios e citou a Resolução Normativa CFA nº 589, de 27/10/2020 que “*Aprova o Regulamento de Fiscalização do Sistema CFA/CRAs*”. Quanto à expansão do projeto, com a colaboração dos Conselhos Regionais o CRA pretende expandi-lo para mais estados e dessa forma provocar impacto. Acrescentou que no futuro o CRA-CE pretende estender a fiscalização às empresas estatais, como Caixa Econômica Federal, Embrapa e outras, com base na Lei 13.303/2016. Na sequência, o Presidente Leonardo Macêdo respondeu a indagações formuladas pelos presentes. Informou ainda, que com o objetivo de dar vazão ao grande fluxo de processos gerados pela fiscalização o CRA-CE criou um sistema de plenária virtual, similar aos dos tribunais, onde a sessão começa na primeira segunda-feira e termina na primeira sexta-feira de cada mês, com o objetivo de não se demandar tempo na plenária presencial e nesse meio tempo os Conselheiros têm tempo para procederem às votações e assim, dar vazão ao fluxo de processos. Finda a explanação, o Presidente Mauro Kreuz cumprimentou o CRA-CE pelas iniciativas

12. APRESENTAÇÃO DO MODELO DE COBRANÇA TERCEIRIZADA PELO BANCO DO BRASIL. (CRA-MG)

O Adm. Jehu Pinto, Presidente do CRA-MG cumprimentou a todos e falou que o modelo de cobrança adotado pelo CRA-MG tem conferido excelente resultado haja vista o crescimento de 26% a 27% ao mês, e que ainda há um potencial muito grande para esse crescimento, mas que o aperfeiçoamento desta cobrança gera um dispêndio muito grande, com despesas a empresas terceirizadas, call center e outros. Informou que por meio de convite do CRA-MG o Banco do Brasil desenvolveu um sistema de cobrança administrativa para Conselhos. Salientou que distribuiu nesta reunião impresso com informações detalhadas. Ressaltou que o Banco do Brasil tem expertise na questão, tem tecnologia, estrutura, realiza avaliação cadastral, recuperação de crédito inscrito na dívida ativa, sigilo, padronização dos procedimentos, tarifas negociadas com cada um e que o Banco realiza cerca de 10 mil ligações por dia, 1 milhão de sms diários e 9 mil acordos diários. Com o intuito de encontrar o melhor meio o CRA-MG conversou com o TCU e este se demonstrou bastante interessado por entender que isto desafogará a justiça e por contar com o envolvimento do Banco do Brasil, concluindo que a resposta nos será oferecida em dezembro próximo. O Presidente Jehu Pinto ressaltou que o serviço oferecido pelo Banco do Brasil nos trará ainda como resultado, a higienização cadastral em 95%. Finda a explanação, o Presidente Jehu Pinto informou que o CRA-MG está em tratativas e traz a ideia ao Fórum de Presidentes com o objetivo de unir o CFA e os demais Regionais para conferir maior poder de negociação junto ao Banco do Brasil. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz cumprimentou o Presidente Jehu Pinto pelo trabalho e informou que aguardará o retorno das informações para poder tratar da questão no âmbito do Federal. O Presidente do CRA-PA, Adm. Fábio Lúcio informou que antes de vir para a presente reunião teve a oportunidade de se reunir com o Banco do Brasil com o intuito de entender como se dá a cobrança administrativa realizada por aquela instituição. Informou que o CRA-PA tem acordo assinado com o Banco do Brasil desde 2018, com validade de 5 anos, e que está tentando negociar as tarifas de cobrança pelo fato delas serem muito altas e que todas as vezes que ele discute a questão com o Banco eles informam que vão conversar com o CFA com o objetivo de aumentar o volume de cobranças. Ressaltou que naquelas discussões o Banco do Brasil levantou uma questão que é a colocação do QR Code nos boletos de cobrança para pagamento via PIX. Informou que tem ciência de que isto estaria sendo feito pela Implanta Informática e que a utilização do QR Code reduziria os custos das taxas. Diante disto, indagou se a Implanta estaria evoluindo nesta questão. Com a palavra, o Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro informou que a intenção da Implanta é fazer a customização de uma vez só para todos os CRAs que utilização o Sistema Implanta. Diante disto, o Presidente Fábio Lúcio informou que o CAU utiliza o Sistema Implanta e já conseguiu colocar o QR Code em seus boletos de cobrança. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que no decorrer de 2022 o Sistema CFA/CRAs adotará o sistema de cobrança compartilhada, que estamos evoluindo neste quesito junto com os bancos. Na sequência, o Presidente do CRA-SP, Adm. Alberto Whitaker ponderou que São Paulo ainda não ultimou, mas está negociando com a SERASA uma condição muito interessante e que o volume financeiro do CRA-SP, R\$90.000.000,00, já justifica uma negociação direta. Que nos últimos dois meses o CRA conseguiu o retorno de R\$3.000.000,00 com as cobranças aos inadimplentes. Salientou que diante do pouco tempo que se tem para proceder às cobranças seria interessante avaliar a possibilidade de estender a vigência da Resolução Normativa para além de dezembro uma que que o índice de inadimplência do CRA-SP está acima de 50% e que acredita que com as cobranças reduzirão bastante este índice. Com a palavra, a Presidente do CRA-RS, Adm. Cláudia Abreu solicitou a antecipação do item 24 por ter vínculo com o agora discutido. Diante disto, o Presidente Mauro Kreuz informou que neste momento concederá o intervalo por conta do almoço, mas que colocará o assunto como primeiro item de pauta após o intervalo. O Presidente do CRA-SE, Adm. Jorge Luiz Cabral Nunes informou que o Sistema (Implanta) é caro e que o CRA-SE teve problemas, por duas vezes, ao tentar enviar os títulos para protesto de forma eletrônica. Diante do exposto, o Presidente Mauro Kreuz solicitou ao Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro a inserção da questão no grupo de trabalho específico. Com a palavra, o Presidente do CRA-MT, Adm. Hélio Tito informou que participou da Comissão da Implanta e que essas demandas são recorrentes nos Conselhos. Sugeriu a criação de Comissão como exposto no relatório com o objetivo de acompanhar as demandas. O Presidente Mauro Kreuz informou que ainda não recebeu o relatório, momento em que o Cons. Carlos Alberto informou que o referido relatório se encontra na Câmara de Administração e Finanças. O Presidente Mauro Kreuz informou que o CFA avançará nesta linha. Em seguida, às 12h30min foi concedido intervalo para o almoço. Às 14h07min foi reiniciada a sessão. O Presidente Mauro Kreuz convidou o Presidente do CRA-CE, Adm. Leonardo Macêdo e a Conselheira Federal, Adm. Claudia Stadtober, Diretora de Formação Profissional para se dirigirem à mesa central e o Presidente do CRA-CE entregou à mencionada Diretora, Moção de agradecimento. Com a palavra, o Adm. Rodrigo Fortunato, Vice-Presidente do CRA-RN cumprimentou a todos e parabenizou o Presidente Leonardo Macêdo pelas ações do CRA-CE, informou que o CRA-RN fez um *benchmarking* das ações daquele Regional e parabenizou o referido Presidente pela postura em partilhar as informações. Reportou-se à Implanta Informática e referendou a ideia de que os ajustes promovidos no sistema sejam rateados entre os 14 CRAs que fazem uso da ferramenta.

13. DÍVIDA ATIVA. (CRA-RS) - APRESENTAÇÃO

A Adm. Cláudia Abreu, Presidente do CRA-RS apresentou os resultados das ações desenvolvidas pelo CRA-RS após a última reunião do Fórum de Presidentes, realizada em junho passado. Informou que a Vice-Presidente Isabel Cristine Lopes é quem coordena o grupo de Dívida Ativa no CRA-RS. Salientou que o CRA-RS se aprofundou no tema da dívida ativa a partir dos apontamentos da Auditoria Interna do CFA, nos exercícios de 2015 a 2017. A seguir, registramos algumas informações extraídas da apresentação feita pela Presidente Claudia Abreu.

Inscrições na dívida ativa

| Data | Exercício | Inscrições em DA |
|------------|-----------|------------------|
| 22/09/2021 | 2018 | 1.427 PF |
| 18/10/2021 | 2017 | 552 PF |
| 28/10/2021 | 2021 | 17.373 PF |
| 28/10/2021 | 2021 | 1.472 PJ |

Os resultados foram monitorados e a cobrança pertinente a 2020 ocorreu com o envio de ARs em março de 2021, tendo sido entregues 11.384 ARs que resultaram em R\$730.315,63 renegociados. Em seguida, a Presidente Claudia Abreu apresentou gráfico com comparativo da receita com a dívida ativa dos exercícios de 2020 e 2021, evidenciando o crescimento gradual da receita, com a maior arrecadação sendo registrada em outubro de 2021, na ordem de R\$156.657,00. Apresentou ainda, informações das cobranças realizadas via Cartório e as próximas ações a serem realizadas pelo CRA-RS: contrato com SERASA para negativação de inadimplentes pessoas físicas; avaliação da sistemática do CADIN para negativação de inadimplentes pessoas jurídicas; assessoria jurídica, verificação junto ao Cartório para o envio de débitos com mais de 5 anos. Em seguida, salientou que o CRA-RS vem trabalhando bastante nestas cobranças conjuntamente com a Vice-Presidente Isabel e que o resultado está sendo muito positivo. O Cons. José Carlos Colares, Ouvidor do CFA indagou se compensa o custo da cobrança via AR, sendo respondido pela Presidente Claudia Abreu que o CRA-RS gastou aproximadamente R\$200.000,00 e recebeu de retorno, R\$800.000,00, acrescentando que legalmente deve-se cobrar. O Presidente do CRA-PR, Adm. Sérgio Lobo informou que o Paraná tem muita coisa do CRA-RS e que se lembra que o ex-Presidente do CRA-SP, Adm. Roberto Cardoso informou em certa ocasião que havia outra maneira de cobrança que não por AR, indagando ao Assessor Jurídico do CFA se de fato a cobrança poderia ser feita de outra maneira. Com a palavra, o Assessor Jurídico do CFA, Dr. Marcelo Dionísio informou que a Resolução Normativa do CFA nº 583, de 20/08/2020 que "Aprova o Regulamento de Cobrança do Sistema CFA/CRA's, e dá outras providências" informou da possibilidade de cobrança via eletrônica, desde que haja a cobrança inequívoca. O Presidente do CRA-SP, Adm. Alberto Whitaker informou que a posição do CRA-SP foi revista e solicitou ao Assessor Jurídico do CFA o encaminhamento da RN 583/2020 ao CRA-SP, momento em que o Presidente Mauro Kreuz solicitou que a referida norma seja enviada novamente a todos os CRA's.

14. LICENÇA DE REGISTRO PARA PESSOA JURÍDICA. (CRA-RJ)

O Presidente Mauro Kreuz cumprimentou o Presidente do CRA-RJ, Adm. Leocir Dal Pai pela homenagem ao patrono da profissão "Belmiro Siqueira". Com a palavra, o Presidente Leocir Dal Pai informou que deixou sobre a mesa dos Presidentes um envelope com duas folhas de selo do patrono da profissão. Em seguida, informou que a pandemia tem trazido algumas mudanças no cenário e que nos deparamos com uma quantidade muito grande de cancelamento de registro de pessoa jurídica, que há um custo para cancelar e que a demanda apresentada pelo CRA-RJ é de que haja concessão de licença para pessoa jurídica, pelo período de 2 (dois) anos com comprovação de tempo em tempo. O Presidente Mauro Kreuz colocou em discussão e disse que gostaria de ouvir os Presidentes dos demais CRA's. O Presidente do CRA-SC, Adm. Djalma Hack informou que a questão das pessoas jurídicas também tem sido discutida naquele Regional e que a principal reivindicação dos registrados de pessoas jurídicas é que a empresa que não tem empregado tem que pagar o registro da pessoa jurídica e o da pessoa física também. Deixou esse pensamento para que evoluíssemos nisto. Diante do pleito, em consulta formulada pelo Presidente Mauro Kreuz a maioria dos Presidentes foram favoráveis em avançarmos e estudarmos sobre a concessão de licença de registro para pessoa jurídica.

15. GRATUIDADE DE EMISSÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA. (CRA-ES)

O Presidente do CRA-ES, Adm. Maurílio Inês manifestou alegria em rever os membros do Fórum e cumprimentou a todos. Informou que a motivação para o pleito está vinculada a uma situação constitucional, que é a obrigatoriedade do documento, certidão de regularidade, para participação de licitações. Salientou que para o CRA-ES os valores representaram nos percentuais de 0,55 da receita total em 2019 e 1,43 em 2020, classificando o resultado como é irrisório. Com a palavra o Cons. Rogério Cristino, Diretor Administrativo e Financeiro informou que a Resolução Normativa que trata da questão para o exercício de 2022 já foi publicado pelo CFA e que esta matéria poderá ser discutida agora somente em 2022 para implantação em 2023. Com a palavra, o Assessor Jurídico do CFA, Dr. Marcelo Dionísio informou que a cobrança envolve uma questão de índole constitucional. Que ela foi objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que aquele órgão entendeu que essa gratuidade não é absoluta. Ressaltou que o entendimento do Ministro Dias Tofoli é de que quando a certidão se refere à questão personalíssima ela deve ser gratuita, mas quando ela tem contorno de interesse de terceiros aí a gratuidade não alcança. O Presidente do CRA-PB, Adm. César Emanuel informou que há preocupação em relação a isto, porque no CRA-PB as taxas alcançam 7% da receita, e que isto para aquele Regional é significativo. Com a palavra, o Presidente do CRA-CE, Adm. Leonardo Macêdo corroborou com a manifestação do Presidente do CRA-PB e citou que a renúncia de receita seria danosa. O Presidente do CRA-MG, Adm. Jehu Pinto informou ser interessante a discussão do tema e citou que Conselho Regional de Contabilidade não cobra pela emissão do documento e que a cobrança já foi objeto de diversas críticas, concluindo que poder-se-ia aprofundar os estudos para se definir se o Sistema continua ou não com a cobrança. Com a palavra, o Adm. Hélio Tito, Presidente do CRA-MT citou que o que se deve ser colocado aqui é a padronização, e que a Resolução Normativa que trata da matéria já foi expedida e no decorrer do exercício o Sistema sentirá a necessidade desta padronização. Quanto às taxas, manifestou entendimento de que é absurdo cobrar pelas certidões. O Adm. Fábio Lúcio, Presidente do CRA-PA salientou que os temas trazidos pelos Presidentes Maurílio e Inês e Leocir Dal Pai estão dentro da mesma Resolução Normativa e que se formos rever toda a Resolução faltará tempo para aprová-la para 2022. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz manifestou entendimento de que a questão deve ser maturada para uma deliberação para o próximo exercício por conta da anterioridade. Em seguida, o Presidente do CRA-ES, Adm. Maurílio Inês se reportou à isenção da primeira anuidade, concedida por meio da Resolução Normativa recém aprovada. Citou que para o CRA-ES a referida concessão provocará uma perda de receita muito grande. Diante do exposto, o Assessor Jurídico do CFA, Dr. Marcelo Dionísio informou que o que houve foi uma padronização, uma vez que Resolução Normativa anterior previa a liberalidade de concessão ou não, e que agora, se padronizou a concessão da anuidade gratuita. O Presidente do CRA-PA, Adm. Fábio Lúcio citou que a referida concessão foi um pedido dos CRA's e deliberado no Fórum de Presidentes, sendo a partir daí concedida por meio da atual Resolução Normativa. Em seguida, o Presidente do CRA-MA, Adm. Jaylson Mendonça corroborou com a palavra do Presidente Fábio Lúcio, mas salientou que o texto atual não está claro. Indagou se um Administrador tiver que registrar por força de atuação ele poderá gozar do mesmo direito? Acrescentou que a lógica da construção do texto poderia ser mais refinada para deixar clara a situação. Na sequência, o Presidente Maurílio Inês pediu deferimento para análise o quanto antes, salientando que, mesmo a Resolução Normativa já tendo sido editada, mas que se possível, seja feita uma revisão pelo menos no ponto levantado pelo Adm. Jaylson Mendonça, porque para o CRA-ES implica na perda de receita de aproximadamente R\$600.000,00 por ano. Diante do requerido, o Presidente Mauro Kreuz informou que na reunião da Diretoria Executiva e plenárias do CFA a realizar-se no mês dezembro serão feitos o exame e a correção ora proposta.

16. LEI 11788/2008 (ESTÁGIO DE ESTUDANTES) E RN CFA 569/2020 (COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE ÀS FRAUDES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO). (CFR)

O Presidente Mauro Kreuz informou que os Procuradores do Ministério do Trabalho farão apresentação sobre o tema e que o CFA renovou o convênio assinado anteriormente com aquele órgão. Salientou que em alguns casos o Sistema CFA/CRA tem sido flagelado por conta de ações vinculadas à Lei do Estágio, mas que ficou estabelecido pelo Sistema que não deixaríamos de marcar posição contra a precarização dos estágios em Administração. Em seguida, passou a palavra ao Diretor de Fiscalização e Registro, Cons. Carlos Alberto e este registrou as presenças dos doutores Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET/MPT) e Gustavo. Informou que há dois anos o CFA firmou convênio com o Ministério Público do Trabalho para tratar da questão dos estágios e que inúmeros Conselhos de Fiscalização também o fizeram. Informou ainda que, após firmado o Acordo de Cooperação Técnica alguns Conselhos Regionais atuaram como projeto piloto e informaram que encontraram diversas dificuldades, dentre elas, reclamação das Instituições de Ensino Superior que alegaram que a fiscalização estaria tirando oportunidades de estágios aos estudantes. Citou que por diversas vezes, ele, Cons. Carlos Alberto teve oportunidade de tratar da questão com o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola e Instituições de Ensino Superior, ocasião em que desmontou o argumento, afirmando que a cobrança da regularidade do estágio não tira vaga dos estagiários. Em continuidade, informou que o Ministério Público do Trabalho foi convidado para explanar sobre o plano de trabalho. Com a palavra, o Procurador Tadeu Henrique informou que o objetivo do grupo de trabalho do Ministério Público do Trabalho é sistematizar, uniformizar e ampliar a atuação do MPT no combate de fraudes à relação de emprego através do desvirtuamento de estágios, com foco na fiscalização do cumprimento pelas instituições de ensino superior, públicas e privadas, das obrigações previstas na Lei 11.788/2008. Citou que a legislação exclui o vínculo de emprego por conta do custo econômico para estimular o estágio, mas que esta relação tem que implicar na aprendizagem e na formação profissional e, para isto, deve haver a supervisão. Acrescentou que a finalidade do Acordo de Cooperação Técnica é estabelecer contato com o Conselho Federal para a obtenção de informações acerca das fiscalizações realizadas pelos Conselhos Regionais; quando constatadas irregularidades acerca de estágio, estas informações devem ser encaminhadas ao Conselho Federal, para que as encaminhe ao MPT que atuará em face de grandes concedentes e de Instituições de Ensino Superior. Salientou que anteriormente ao Acordo de Cooperação Técnica as denúncias eram pulverizadas e que a intenção agora é centralizá-las para que os CRAs as encaminhem ao Federal e este, ao CONAFRET. Em seguida, informou que o foco principal é alcançar o maior número de estagiários por meio da atuação em face das instituições de ensino superior ou das grandes concedentes de estágio; evitar o desvirtuamento do estágio; evitar que a empresa utilize estagiário no lugar de um profissional habilitado e que o estagiário seja supervisionado por profissional não habilitado. Quanto ao plano de trabalho, o Dr. Tadeu Henrique informou que o Ministério realizou algumas reuniões com o CFA com o intuito de deixar as ações mais concretas e que acredita que, possivelmente, ele seja incorporado em alguma Resolução, deixando a questão mais detalhada para a atuação da fiscalização. Salientou que o plano de trabalho será elaborado com o Conselho para atender às especificidades do CFA e que também será redigido roteiro de inspeção para o estágio. Acrescentou que a atuação em conjunto trataria ao Ministério Público o combate à mão de obra barata, dentre outras, e para os Conselhos, o combate à má formação acadêmica. Com a palavra, o Dr. Gustavo informou que o MPT vem ao Conselho com uma proposta de parceria para unir forças para combater a irregularidade nos estágios; que não há condição de pegar todas as irregularidades, mas que a ideia é de que quando sejam identificadas as irregularidades sejam passadas ao Ministério, para que aquele órgão promova o combate. Ressaltou que se vê muitos estagiários atuando como mão-de-obra barata e que há casos escabrosos. Que a Lei de Estágio fala sobre “formação e experiência”, mas que o MPT entende que deve haver ainda, a habilitação legal e que no tocante aos grandes contratantes é fácil identificar se estão sendo utilizados como mão-de-obra barata, mas que nas pequenas empresas é mais complexo. Informou que o plano de trabalho foi assinado e que os CRAs receberão uma cópia, salientando que o trabalho é em parceria e disponibilizou o MPT para auxiliar os CRAs. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz agradeceu e informou não ser possível nós negarmos ou querermos negar que o estágio não é um componente pedagógico formativo e que diante das novas diretrizes curriculares nacionais, ele é obrigatório. O Procurador Tadeu Henrique informou que muitas instituições inibem a atuação dos Conselhos, mas que com o Procurador isto é diferente. Que a intenção do MPT é empoderar os fiscais. Ressaltou ainda a questão da supervisão de estágio no EAD, que é bastante complexa, que o MPT tem ciência das dificuldades, mas que está atento. Em continuidade, houve um debate entre os membros do Fórum e o Procurador Gustavo com explanação de situações vivenciadas no âmbito das IES e de entidades e empresas contratantes de estagiários. O Presidente Mauro Kreuz agradeceu a presença dos procuradores e passou a palavra o Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro, este, salientou as dificuldades são reais, mas que não dá para ficarmos na postura adotada até hoje, de ficarmos reticentes quanto às nossas ações. Que a primeira ação agora, após aprovado o plano de trabalho, é a realização de uma *live* com a participação dos procuradores, de todos os Fiscais e Presidentes dos CRAs para apresentarmos o plano de trabalho e os formulários e partirmos para a rua. Agradeceu ao final, a participação dos procuradores do MPT.

17. APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO. (CRA-ES)

O Presidente Mauro Kreuz solicitou vênias para antecipar a apresentação dos itens de pauta formulados pela Câmara de Formação Profissional do CFA, correlatos ao presente item, justificando a solicitação pelo fato da Diretora daquela Câmara, Cons. Cláudia Stadlober não estar presente na reunião de amanhã. Com a palavra, o Presidente do CRA/ES, Adm. Maurílio Inês salientou o apoio da Cons. Cláudia Stadlober ao projeto Clínica de Negócios e deixou a exposição à disposição para intercessão da referida Conselheira. Informou que a Clínica de Negócios surgiu a partir da pandemia, com oferta de apoio gratuito às empresas que se encontravam em dificuldades e que a forma evoluiu, com a prestação de apoio por meio de Administradores capacitados. Que a ideia é, por intermédio de parcerias do Sistema CFA/CRA, desenvolver ações para apoiar e acompanhar a implementação das novas DCNs do curso de bacharelado em Administração nas Instituições de Ensino Superior, a fim de contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos e orientar as IES, para ajudá-las no período de implementação das novas DCNs. O apoio se daria por meio de três frentes de trabalhos com parcerias com IES e Sindicatos das Empresas particulares de ensino, para orientação aos Diretores e Coordenadores com capacitação e oportunidades de práticas supervisionadas; parceria com empresas registradas no Sistema CFA/CRA para a oferta de práticas supervisionadas e com federações e associações empresariais, comerciais e industriais, também para a oferta de práticas supervisionadas. O Presidente Maurílio Inês informou que a orientação às IES se dará por meio de cartilhas, protocolos, vídeos, comunicados, campanhas, eventos, grupos de estudos e encontros. Em continuidade, informou que as práticas supervisionadas ocorreriam através da Clínica de Negócios, programa de vivência prática de consultoria *on-line* (consultor aprendiz) e do estágio supervisionado, projeto para preparar o supervisor de estágio nos campos da Administração. Que o CRA-ES já está com um piloto da Clínica de Negócios, já bem desenvolvido, com uma universidade do estado do ES. Citou o ciclo positivo da vivência prática de consultoria *on-line*, dentre eles, o papel ativo do Sistema CFA/CRA na formação do aluno; o ganho para as IES; a avaliação do aluno, validada pelo Sistema CFA/CRA e o fortalecimento da imagem e percepção junto à sociedade. Ao final, o Presidente Maurílio Inês apresentou o CRA-ES como candidato para desenvolver o projeto piloto do estágio supervisionado, com prazo de 90 dias para execução. Citou que o que se espera de resultado com as ações ora propostas é o fortalecimento da imagem do Sistema CFA/CRA como parceiro estratégico das IES; desenvolvimento no alunado das competências e habilidades apresentadas nas DCNs, dentre outros. Ato contínuo, apresentou vídeo do Coordenador do projeto, o Prof. Gláucio que explanou sobre o programa apresentado pelo Presidente Maurílio Inês. Após a exibição do vídeo a Diretora de Formação Profissional, Cons. Cláudia Stadlober informou que foram realizadas pelo menos duas reuniões com o intuito de se entender um pouco da proposta dos colegas, após o indicativo de administradores que quisessem se colocar como consultores voluntários. Que hoje há uma proposta bem estruturada, mas que ainda é necessário verificar se podemos entrar na seara da faculdade devido às questões legais da IES. Informou que vê a questão como uma oportunidade, que no primeiro momento pode ser diferente do que até hoje se teve como modelo, mas que se poderia unir esforços e termos a proposta como algo inovador. Que isto iria de encontro ao que há pouco foi debatido pelos Procuradores do Trabalho. Ressaltou que do lado da IES deve sempre o profissional com a formação adequada, o registro, a competência para atuar como supervisor da prática profissional do aluno. Salientou que a proposta é inovadora, com bastante discussão dentro do CRA-ES e que adequações podem ser implementadas. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que dentro do CFA, na Câmara de Formação Profissional será feita análise da propositura, com análise do ponto metodológico e outros, para ver até que ponto está em regularidade com o marco regulatório. Que a propositura é extraordinariamente inovadora, mas que é necessário fazer uma análise mais apurada dentro das dimensões por ele recém citadas. A Diretora de Formação Profissional, Cons. Cláudia Stadlober cumprimentou o CRA-ES pelo trabalho, em especial o professor Gláucio.

18. NOVO MARCO LEGAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – DCNS. (CFP)

A Cons. Cláudia Stadlober, Diretora de Formação Profissional reportou-se às novas DCNs, aprovadas em julho do ano passado pelo Conselho Nacional de Educação e informou que a Resolução foi publicada recentemente. Informou que o material foi enviado a todos os CRAs e Conselheiros Federais e solicitou ajuda para

divulgação, salientando que a referida Resolução saiu exatamente como a proposta apresentada pelo Sistema. Comunicou que até o final de dezembro será produzido material com as DCNs comentadas. Informou que ao final do referido material serão incluídas práticas que são vistas como inovadoras dentro dos currículos de Administração e pediu contribuição dos Regionais, assim como, solicitou aos CRAs que apoiem os colegas que vão alterar os seus projetos pedagógicos, ressaltando que se vê muita dificuldade de entendimento sobre prática profissional supervisionada; o que é, o que pode ser e o que vale como prática supervisionada. Salientou ser necessário avançar na questão da gestão da aprendizagem, outro item da proposta de diretrizes curriculares; que há bastantes desafios e ainda, que o Sistema tem compromisso muito grande na trajetória do aluno até chegar ao mercado de trabalho, concluindo que, se melhorarmos o ensino ele refletirá diretamente na qualificação da nossa profissão. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz reforçou que o Sistema está perante uma nova grande oportunidade de mudar o ensino da Administração e que nós devemos fazer a nossa parte. Que no ano que vem vamos gestar em um sistema de acreditação dos cursos de Administração com a nossa chancela. Esta é uma outra forma de educar a sociedade, de conscientizar sobre o que presta e o que não presta, porque não podemos ficar do jeito que estamos. Na sequência, a Cons. Cláudia Stadlober se colocou à disposição para prestar informações sobre as diretrizes.

19. **PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE ADMINISTRADORES EM MPES. (CFP)**

Informou que o CFA está em negociações com a FIA para no exercício de 2022 realizarem a capacitação dos Administradores nos CRAs de MG, PB, PR, PE, RO e TO.

20. **PESQUISA NACIONAL PERFIL DO ADMINISTRADOR E DO TECNÓLOGO. (CFP)**

Informou que o CFA está em negociação, também com a FIA, para a realização da pesquisa já a partir de janeiro do ano que vem e que precisará do apoio dos Conselhos Regionais, ressaltando que a pesquisa é um instrumento fundamental para o Sistema CFA/CRAs.

21. **PLATAFORMA ACADM. (CFP)**

A Diretora de Formação Profissional, Cons. Cláudia Stadlober informou que seguimos com a plataforma e reforçou pedido para apresentação de sugestões pelos CRAs. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz destacou que a ACAdm tem dois modais, um de conteúdos próprios e outro, de conteúdos com parceiros.

22. **PLANO INTEGRADO DE RELACIONAMENTO COM A ACADEMIA. (IES) (CRA-MA)**

O Presidente do CRA-MA, Adm. Jaylson Mendonça informou que a proposição trazida pelo CRA-MA se reporta a muitas questões já discutidas no Fórum. Que as IES são a fonte de profissionais para o mercado de trabalho e para os Conselhos, este último, sob a perspectiva do registro. Diante disto, indagou sobre como está a qualidade dos cursos, a aceitação no mercado, porque pessoas entram e saem da academia? Informou que para responder estas e outras indagações é que o CRA-MA traz uma proposta para estabelecer plano integrado com ações a serem desenvolvidas pelos Regionais. Que tem ciência de que os Regionais desenvolvem ações, mas, cada um do seu jeito e dentro das suas proporções. A proposta prevê o desenvolvimento de cartilha, vídeos, slides – que aborde por exemplo, a questão do estágio supervisionado, as DCNs - e o levantamento de dados que possam ajudar a alimentar a pesquisa perfil do profissional e promover debates internos sobre as ações do Sistema CFA/CRAs. Na sequência, indagou sobre o andamento do ONECAD e o Presidente Mauro Kreuz informou que está sendo realinhado e em desenvolvimento pelas Câmaras de Formação Profissional e de Fiscalização e Registro. Em continuidade, o Presidente Jaylson Mendonça destacou que é necessário o Sistema CFA/CRAs construir elementos para demonstrar que podemos ser parceiros das IES. Citou que temos alguns elementos para trabalhar, como o apoio do Ministério Público do Trabalho e as novas DCNs. Com a palavra, a Diretora de Formação Profissional, Cons. Cláudia Stadlober citou que a proposta é muito boa, que se avaliar e ver materiais que podem ser encaminhados às IES, salientando que hoje há muita coisa a ser abordada. Ato contínuo, o Presidente Mauro Kreuz informou que a importância da proposta apresentada pelo Presidente Jaylson Mendonça é a uniformização, para termos uma face única, mesmo respeitando-se as regionalidades. Diante disto, o Presidente Mauro Kreuz falou que a proposta será acolhida.

23. **REALIZAÇÃO DO ERAFIC. (CRA-PB)**

O Presidente do CRA-PB, Adm. César Emanuel informou que o ERAFIC - Encontro dos Responsáveis pelas Áreas Administrativa, Financeira e Contábil do Sistema CFA/CRAs foi realizado pela última vez em 2017. Informou ser necessário que o Sistema trate das questões de uma única forma, sob o mesmo padrão, como as voltadas para a dívida ativa, licitações e outros. Solicitou que o Encontro seja destinado, não aos Diretores Financeiros e sim, para os colaboradores da parte operacional dos CRAs, com custos a serem arcados pelo CFA para dois colaboradores e pelo CRA, para outros dois, dentre eles, o contador e o assessor jurídico.

24. **ALTERAÇÃO DAS REGRAS PARA SOLICITAÇÃO DE LICENÇA DE CANCELAMENTO. (CRA-PB)**

O Adm. César Emanuel, Presidente do CRA-PB apresentou proposta para que seja concedida a possibilidade de pagamento proporcional da anuidade ao Administrador que requerer licença após o dia 30/03, conforme concessão ao que requer cancelamento. Salientou que a intenção do Conselho é reter o registrado, mas, que ao se oferecer a possibilidade de licença o Administrador acaba optando pelo cancelamento pelo fato de poder pagar a anuidade parcial. Com a palavra, o Cons. Rogério Cristino, Diretor Administrativo e Financeiro do CFA informou que na primeira reunião do Fórum de Presidentes de 2022 apresentará informações sobre o ERAFIC para aquele exercício. O Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro informou que a última discussão sobre cancelamento e licença ocorreu há dois anos e que isto vem e vai nas nossas discussões. Que esta é uma discussão quase que ideológica. Informou que a taxa de cancelamento de registro é no valor de R\$170,00 e a de licença, de R\$40,00 e que a redução do valor da taxa de licença foi apresentada como solução para incentivar o Administrador a requerê-la, em vez do cancelamento. Com a palavra, a Cons. Cláudia Azeiteiro, Presidente do CRA-RS indagou porque não poderíamos usar a ACAdm para fazer capacitações para os novos Conselheiros e colaboradores, citando que poder-se-ia gravar aulas com colaboradores que têm expertise em dívida ativa, por exemplo, ressaltando que assim as informações seriam niveladas, por meio de uma ferramenta que o Sistema já dispõe. Diante do exposto, o Presidente Mauro Kreuz informou que a produção de materiais via ACAdm está em discussão no CFA. Na sequência, o Cons. Marcos Kalebbe, Diretor de Estudos e Projetos Estratégicos esclareceu que a questão proposta pelo Presidente do CRA-PB, Adm. César Emanuel, se referindo aos licenciados, é puramente matemática. Que no licenciamento o profissional paga o valor da anuidade integral e no cancelamento ele paga o valor proporcional, sendo mais vantajoso o cancelamento. O Presidente Mauro Kreuz informou que as alterações constantes podem gerar insegurança jurídica que nós temos que nos mover mais por doutrinas. Que as nossas Resoluções Normativas devem ser embasadas mais em doutrinas com o intuito de a tornarmos mais longevas. Que devemos analisar as situações com dados estatísticos para fundamentar nossas decisões. Acrescentou que não está aqui, neste momento, fazendo nenhuma inferência se pode ou não pode acolher a proposta do CRA-PB e sim, apenas uma reflexão do ponto de vista metodológico, de tratamento destas questões. Diante disto, informou que será feita uma reflexão, analisando-se a parte legal e financeira. Ressaltou, que certa vez um Presidente de Regional manifestou-se preocupado com a queda na demanda dos cursos de Administração, com a evasão e os impactos sobre o número de registros e, que naquela ocasião, informou o Presidente Mauro Kreuz, ele o acalmou lembrando que o Sistema CFA/CRAs registra menos de 10% dos egressos das faculdades. Que há um estoque de 5 milhões que o Sistema não registra e que não adianta encontrar explicação, motivos e desculpas pela saída do número de registros, pelo fato de o problema do Sistema CFA/CRAs ser muito mais sério, que ele está na captura do Administrador. Às 18h09min o Presidente Mauro Kreuz encerrou à sessão do dia 18 de novembro.

25. **COMISSÃO DE DEMANDA PARA A IMPLANTA INFORMÁTICA. (CRA-MA)**

Às 09h07min o Presidente Mauro Kreuz deu início à sessão do dia 19 de novembro. Passou a palavra ao Presidente do CRA-MA, Adm. Jaylson Mendonça e este informou que parte do item já foi discutido na reunião de ontem e a sugestão aqui é que seja constituída comissão permanente para tratar de forma conjunta todas

as demandas dirigidas à Implanta Informática. Que no contrato tem um item que trata das customizações e isto gera ônus bastante alto quando aplicado individualmente para cada Regional. Salientou que precisamos demonstrar organização nas tratativas com a Implanta Informática e que cada um dos CRAs faz o mesmo pedido, mas às vezes de forma diferente, e isto gera uma cobrança para cada um dos Regionais. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que como resultado do ENAF foram nomeados 9 grupos de trabalho e que o CFA está esperando os resultados para a partir disto examinar e tomar decisões; que o item proposto é o primeiro ponto. Porém, lembrou que o CFA pode ser o nucleador nacional destas tratativas, mas salientou que o contrato é individual, e com os CRAs, não com o CFA. Acrescentou que está no radar do CFA a necessidade de customização; que aguardamos os relatórios dos grupos de trabalhos e salientou que a comissão a ser constituída terá característica de comissão especial e não, permanente. Com a palavra o Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro destacou que ontem surgiu esta ideia aqui, que alguns Presidentes o procurarão, que o pensamento dele é o mesmo, mas que é necessário aguardar os relatórios e com base nisso, criar uma comissão com três Presidentes e, provavelmente, com a participação do Coordenador de Informática do CFA, Sr. José Carlos. O Presidente Mauro Kreuz informou que naquela Comissão haverá um Conselheiro Federal e que as responsabilidades atribuídas à referida Comissão constarão na portaria de constituição. O Presidente Hélio Tito complementou que a Comissão em questão centralizaria todas as demandas e que os custos oriundos das demandas à Implanta Informática serão partilhados entre os CRAs. Ao final, colocou-se à disposição para integrar a citada Comissão.

26. RELATÓRIO DE DESEMPENHO (RANKING DOS REGIONAIS). CRA-MA

O Presidente Jaylson Mendonça se reportou a colocações do Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro em Fóruns anteriores sobre o ranking de desempenho dos CRAs. Apresentou sugestão para o desenvolvimento de ranking, não apenas para as atividades de fiscalização, como também, para as atividades financeira, de gestão documental, a serem incluídas em relatório geral. Destacou que isto proporcionaria a *benchmarking* e a oportunidade de conhecer o que há de melhor em cada Regional. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que possui dados sobre rankings dos CRAs, que é necessário somente integrá-los. Que ele tem um monitor, mas não quis apresentar aqui porque a pauta é muito longa. Informou então, que o apresentará na primeira reunião do Fórum de Presidentes do ano que vem. Concluiu com uma breve explanação sobre as informações que ele possui e ressaltou que a proposição é muito bem-vinda. Com a palavra, o Presidente Jaylson Mendonça agradeceu a todos os CRAs que apoiaram a realização do EMAD – Encontro Maranhense de Administração, com divulgação e participação com a programação, em especial, aos Conselheiros Rogério Eloi, Presidente do CRA-MS; Flávio Emilio, Presidente do CRA-RN; Rogério Ramos, Vice-Presidente do CFA; Fábio Lúcio, Presidente do CRA-PA; Mauro Kreuz, Presidente do CFA e Marcos Kalebbe, Diretor de Estudos e Projetos Estratégicos. Ato contínuo o Presidente Mauro Kreuz cumprimentou o Presidente Jaylson Mendonça pelo evento e pela homenagem ao Adm. José Samuel de Melo Júnior.

27. 1º EREF (CRA-RS)

A Presidente do CRA-RS, Adm. Cláudia Abreu fez correr à mesa dos participantes do Fórum, cópia da Carta de Gramado resultante do 1º EREF. Informou que o evento contou com a parceria do CRA-PR e que o CRA-SC foi convidado, porém, não participou da primeira edição do Encontro. Informou que cada estado participante apresentou seus indicadores; informações de como estão sendo realizados seus trabalhos com o objetivo de que fossem vistas as questões Regionais para contribuir mais quando da realização do Encontro Nacional. Ato contínuo, apresentou a equipe, composta pelos colaboradores Administradores Angela Ayres Pinto, Antônio Carlos Quintana de Aguiar, Deleuse Russi de Azevedo, Jessica Santos da Silveira, Sérgio Durand Uminski, Vanessa Rocha dos Santos e pelo Vice-Presidente Luiz Klippert Barcellos, salientando que em 2020, por meio de processo seletivo o CRA-RS contratou quatro Administradores que integram hoje o quadro de fiscalização daquele CRA. Informou que todo o trabalho de fiscalização é feito por meio do SISDOC, da Implanta Informática. Na sequência, apresentou slides com informações sobre a movimentação de processos e os documentos emitidos nos exercícios de 2015 a 2020. Apresentou ainda, quadro comparativo com o número de registros de pessoa jurídica nos exercícios de 2015 a 2020, oriundos da fiscalização e os resultados de 2020 quanto aos processos movimentados; processos abertos; empresas registradas, fruto do trabalho da fiscalização; fiscalização em editais; registro de atestado de capacidade técnica e retomada dos processos em dívida ativa. Em continuidade, a Presidente Cláudia Abreu procedeu à leitura dos dados pertinentes aos resultados da fiscalização, até agosto de 2021 quanto aos processos movimentados; processos abertos; empresas e profissionais registrados, provenientes do trabalho da fiscalização; substituição de responsável técnico e registro de atestado de capacidade técnica, salientando ao final, que com os novos fiscais capacitados e o novo plano de fiscalização os resultados serão alavancados. Dando continuidade à explanação, a Presidente Cláudia Abreu reportou-se aos dados de registro de pessoas físicas e jurídicas, aos quais encontram-se registrados em sua integralidade na apresentação disponível no processo SEI nº 476900.003342/º2021-11, documento SEI nº 1193382, assim como, as informações pertinentes às indicações das motivações para os pedidos de cancelamento de registros, pessoa física. Quanto à esta última informação, a Presidente Cláudia Abreu salientou que 48,16% dos pedidos de cancelamentos solicitados em 2020 foram motivados pela não atuação na área, isto implicou em 746 cancelamentos de registros naquele ano e que ao todo, foram cancelados 1.549 registros e efetuado o registro de 783 profissionais. Ressaltou que a ação que o CRA-RS vê como alternativa é retomar fortemente a fiscalização e as ações dentro das Universidades. Em continuidade, informou que o CRA-RS, juntamente com o Presidente Mauro Kreuz foi até o Prefeito de Gramado/RS e explicou qual era a atividade e que agora sai para fazer a fiscalização em massa, para atuar no que é a nossa atividade fim. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz referiu-se ao fato de que o CRA existe para que a profissão permaneça regulamentada e que o Sindicato é que tem que agradar ao Administrador. Reportou-se ao fato de ser dito que o Administrador não assina nada e que para este apontamento ele indica a leitura do regulamento. Que o Sistema CFA/CRAs é um cartório, que não vai discutir o que está sendo feito pelo profissional; que não é Sindicato ou clube. Salientou que a missão do CFA está totalmente equivocada ao dizer que é promover a ciência da Administração; que o Ministro do TCU ressaltou este ponto e que no seu entendimento - do Presidente Mauro Kreuz - ele está correto, referindo-se a esse papel como papel da academia. Em continuidade, a Presidente Cláudia Abreu agradeceu ao Presidente Mauro Kreuz e informou que o CRA-RS está à disposição para replicar às informações aos que se interessarem.

28. DESCONTOS DIFERENCIADOS PARA OS COLABORADORES DE GRANDES GRUPOS EMPRESARIAIS CONVENIADOS AOS CRAS. (CRA-SP)

Diante da ausência do Presidente do CRA-SP, Adm. Alberto Whitaker o Presidente Mauro Kreuz informou que se manifestaria em nome dele. Salientou que o Presidente Whitaker é um executivo de multinacional, que participa de Conselho de Administração de grandes empresas dentro e fora do Brasil. Que o referido Presidente está fazendo um trabalho extraordinário no CRA-SP quanto à dívida ativa e que tem o objetivo de trazer grandes executivos, profissionais em Administração para o CRA-SP e propõe, mesmo ciente de que aqueles profissionais não precisam, oferecer algum atrativo para os consultores destes grandes grupos se registrarem em massa nos Regionais, como um desconto. O Presidente Mauro Kreuz informou que explicou ao Presidente Whitaker que era impraticável discutir isto com a área jurídica e que aquele Presidente entendeu. Ainda assim, explicou o Presidente Mauro Kreuz, o Presidente Whitaker tem conseguido capturar profissionais de altos salários.

29. SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO NA RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 462/2015 – RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS DE FORMA DIGITAL. (CRA-SC)

O Presidente do CRA-SC, Adm. Djalma Hack informou que o CRA-SC não participou do evento do CRA-RS e externou apoio, salientando que aquele Regional estava em um período de mudanças, com orçamento em restrição. Em seguida, manifestou entendimento de que o Sistema CFA/CRAs precisa se modernizar e tornar toda documentação digital, ressaltando que a Resolução Normativa CFA n. 462/2015, de 22/04/2015 que “Aprova o Regulamento de Registro Profissional de Pessoas Físicas e de Registro de Pessoas Jurídicas e dá outras providências” precisa dar alguns ganchos, gatilhos para que a documentação seja feita de forma digital. Que em Santa Catarina o CRA está mudando a forma de visibilidade e deseja uma fiscalização mais ativa e na rua. Informou que o CRA está mudando sua estrutura e está em um modelo experimental, com a extinção das estruturas físicas pertinentes às subseções e a ampliação delas por meio de representações, e que para isto, é necessário que tenhamos mobilidade nos documentos de forma digital. Por fim, propôs a referida modernização por meio da alteração na Resolução Normativa acima mencionada. Com a palavra, o Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro informou que essa alteração já estava pautada como item da sessão plenária passada do CFA, mas que isto se dará na sessão plenária a ser realizado no mês de dezembro.

30. SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA N. 604/2021 – SUBSEÇÕES E REPRESENTANTES. (CRA-SC)

O Presidente do CRA-SC, Adm. Djalma Hack propôs a exclusão do § 3º do Art. 5º da Resolução Normativa CFA n. 604/2021 que veda a nomeação de membro do Plenário para o exercício da função Representante do CRA junto à Subseção. Esclareceu que, no caso de SC os conselheiros suplentes são os Representantes, salientando que isto os trazem mais próximos do Conselho. Em continuidade, o Presidente Djalma Hack sugeriu que a vedação fosse imputada somente aos conselheiros efetivos. Na sequência, o Presidente Mauro Kreuz passou a palavra ao Cons. Gilmar Camargo, membro da Comissão Permanente de Regimentos do CFA e este salientou não lembrar exatamente qual o motivo que sustentou a vedação em questão, mas que um dos princípios é não confundir os papéis de conselheiros e representante. Que entende a excepcionalidade, que o conselheiro é um representante do Regional, mas na condição de Conselheiro. Na sequência, informou que levará a questão à Comissão de Regimentos do CFA. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que um dos argumentos foi a possibilidade de o conselheiro suplente assumir a qualquer momento o mandato de conselheiro efetivo, mas que não custa discutir, amadurecer a questão. Com a palavra, o Presidente do CRA-RJ, Adm. Leocir Dal Pai manifestou-se favorável à demanda de SC e que no CRA-RJ esta é uma maneira de manter o suplente conectado, salientando que no momento em que um suplente assumir o mandato de efetivo ele pode deixar a representação. Em continuidade, o Presidente Djalma Hack ressaltou que até os conselheiros efetivos podem ser representantes, uma vez que a representação não tem mais função administrativa nenhuma e que toda função está centralizada no CRA.

31. SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA 567/2019 – REGULAMENTO DAS ELEIÇÕES DO SISTEMA CFA/CRAS. (CRA-SC)

O Adm. Djalma Hack, Presidente do CRA-SC apresentou proposta de alteração do art. 8º do Regulamento das Eleições, aprovado por meio da Resolução Normativa CFA n. 567/2019. O referido artigo estabelece que *“o pedido de registro de chapas eleitorais para o CFA e para o CRA (para Conselheiros Efetivos e respectivos Suplentes e vagas especiais) deverá ser solicitado por um Administrador, responsável pela chapa e integrante da mesma, no sítio eletrônico www.votaadministrador.org.br, até o 85º (oitogésimo quinto) dia anterior ao dia marcado para as eleições”*. A solicitação do CRA e para que os Conselheiros Suplentes não sejam vinculados a um Conselheiro Efetivo específico, mas sim Suplentes de todos, por ordem de registro na chapa, ou que quando da vacância de um Suplente, ou o Efetivo e o Suplente faltarem, possam ser convocados outros suplentes. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que o novo regulamento das eleições no Sistema CFA/CRAS foi tratado na sessão plenária passada, por meio de proposição formulada pela Comissão Permanente Eleitoral do CFA. Informou que a minuta do regulamento foi encaminhada a todos os Conselheiros Federais e estes apresentaram os seus destaques para apreciação do Plenário; os destaques aprovados forma incorporados àquela minuta e neste momento estão com a Comissão Permanente Eleitoral para a redação final; segue para a Assessoria Jurídica do CFA e retorna para o plenário para a homologação do regulamento. Esclareceu então, que diante do rito, não há mais possibilidade de alteração neste momento, mas que a proposição seguirá para o pleito eleitoral posterior. Em seguida, o Presidente Mauro Kreuz indagou ao Assessor Jurídico do CFA, Adv. Marcelo Dionísio se a legislação obriga a vinculação dos mandatos em questão e este, informou que tanto a Lei como o Decreto trazem a vinculação, citando em seguida, o art. 9º da Lei 4.769 que estabelece que *“o Conselho Federal de Administração compor-se-á de brasileiros natos ou naturalizados, que satisfaçam as exigências desta Lei, e será constituído por tantos membros efetivos e respectivos suplentes quantos forem os Conselhos Regionais, eleitos em escrutínio secreto e por maioria simples de votos nas respectivas regiões”*, salientando ainda a questão dos terços, que são distintos. Com a palavra, o Presidente do CRA-PI, Adm. Roberthy Barbosa informou que o Regimento do CRA-PI permite a convocação do suplente e que ela é feita obedecendo a ordem do número de registro mais antigo. Diante do exposto, o Presidente Mauro Kreuz informou ser ilegal a convocação do suplente na forma apresentada pelo Presidente Roberthy Barbosa, salientando que se o respectivo suplente não puder comparecer, fica a vacância. Com a palavra, o Presidente do CRA-ES, Adm. Maurílio Inês manifestou comungar com Santa Catarina quanto à questão, embora o Dr. Marcelo Dionísio tenha citado a questão jurídica ele propõe que seja melhor observada a interpretação, momento em que o Presidente Mauro Kreuz solicitou ao Dr. Marcelo Dionísio que posteriormente verificasse a questão. Ato contínuo o Presidente do CRA-PA, Adm. Fábio Lúcio manifestou dúvida quanto à interpretação do texto da Lei, salientando que o texto reza *“dos seus respectivos suplentes”* e não *“do seu respectivo membro efetivo”*, momento que o Dr. Marcelo Dionísio informou que a compreensão que ele tem à luz do artigo 9º é de que seja o respectivo do titular. Na sequência, para sanar a dúvida do Presidente Fábio Lúcio o Dr. Marcelo Dionísio citou o artigo 11 e seu § 1º que *“Os Conselhos Regionais de Administração com número de Administradores inscritos superior ao constante do caput deste artigo poderão através de deliberação da maioria absoluta do Plenário e em sessão específica, criar mais uma vaga de Conselheiro efetivo e respectivo suplente para cada contingente de três mil Administradores excedente de doze mil, até o limite de vinte e quatro mil”*. Em continuidade, o Presidente Fábio Lúcio solicitou que seja concedida a possibilidade de os Presidentes participarem das mudanças nas Resoluções Normativas. Diante do exposto, o Presidente Mauro Kreuz informou que isto poderia ser feito pela interlocução com o Conselheiro Federal, momento em que o Presidente Fábio Lúcio salientou que Conselheiro Federal não é do CRA e sim do Estado e que não vê obrigatoriedade do Conselheiro fazer tal interlocução. Ato contínuo, o Presidente Mauro Kreuz informou que o CFA pode deixar o documento público para os Presidentes, lembrando que o Conselheiro Federal é quem deverá fazer o destaque. Com a palavra, o Presidente Jaylson Mendonça informou que está em uma situação quanto à suplência de determinado conselheiro efetivo que foi transferido da capital para o interior e pleiteou a possibilidade de participar das sessões plenárias de forma remota, mesmo ela sendo presencial, salientando que isto já está causando problemas ao CRA. Diante do exposto, o Cons. Marcos Kalebbe, Diretor de Estudos e Projetos Estratégicos informou que isto é questão regimental, citando que alguns regimentos já preveem a participação de conselheiros em reuniões de forma remota e sugeriu ao Presidente do CRA-MA que verificasse essa alteração no Regimento. Com a palavra, o Presidente do CRA-RJ, Adm. Leocir Dal Pai informou que aquele Conselho não pretende mais fazer reuniões na modalidade presencial, somente na virtual. Na sequência, o Cons. Gilmar Camargo, membro da Comissão Permanente de Regimentos informou que o CFA enviou aos CRAs uma orientação sobre a elaboração de regimentos e nela já está prevista a possibilidade de participação remota. Com a palavra, o Presidente do CRA-MT, Adm. Hélio Tito informou que ficou com bastante dúvida quanto à substituição do Conselheiro Suplente e citou haver uma Resolução Normativa do CFA que estabelece que a substituição pode se dar por um suplente do mesmo terço. Diante do exposto, o Dr. Marcelo Dionísio informou não recordar da questão, mas salientou que uma das tarefas provenientes da reunião de imersão realizada no CFA é justamente a consolidação de todas as Resoluções Normativas pelo fato de haver uma profusão muito grande de normas dentro do Sistema CFA/CRAS e que muitas vezes às diversas normas tratando da mesma questão e que naturalmente a questão aqui exposta será objeto de verificação.

32. AUDITORIA DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CRA-BA

A Presidente do CRA-BA, Adm. Maria da Graça Barreto registrou, inicialmente, sua alegria em ter sediado o ENBRA, a participação de todos e coordenação realizada pelo Cons. Gilmar Camargo, Diretor de Relações Internacionais e Eventos do CFA. Na sequência, registrou o falecimento do professor João Eurico Mata, ex-presidente do CRA-BA, fundador do curso de Administração na Universidade Federal da Bahia e responsável pela solidificação da profissão no Estado. Registrou pesar pela perda do Administrador e ressaltou que o referido Administrador é o Presidente de Honra da Academia Baiana de Administração. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz externou seu pesar e submeteu à apreciação do Fórum de Presidentes o registro de sentimento pelo passado do Adm. João Eurico Mata, o que foi aprovado por unanimidade de votos. Em continuidade, a Adm. Maria da Graça informou que recentemente a Controladoria Geral da União realizou auditoria no CRA-BA e mandou suspender a notificação às Prefeituras que têm a obrigatoriedade de registro de empresa de transporte escolar. Que mandamos a documentação para o CFA intervir junta à CGU. Informou ainda, que recentemente o Tribunal de Contas do Município da Bahia entendeu como indevida a exigência de que aquelas empresas fossem registradas no CRA, referindo-se a Edital de licitação do município de Caetitê/BA. Informou que o CRA somente tomou ciência por meio de uma das empresas licitantes e que o Advogado do CRA fez um agravo para o Regional entrar como parte interessada no processo. Diante do exposto, solicitou interferência junto ao TCU, salientando que esta empresa atua no ramo de manutenção e limpeza. Com a palavra, o Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro informou que em alguns momentos o Sistema tem ganhado e em outros, perdido; que há diversos Acórdãos e que o CFA tem feito trabalho de articulação por meio do banco de jurisprudência nos diversos campos. Que é necessário fortalecer a área jurídica do CFA para a concessão de apoio aos Conselhos Regionais diante do fato de que alguns CRAs têm dificuldade de elaborar defesa, preparar expedientes para defesa. Em relação à questão do transporte escolar, o Cons. Carlos Alberto informou que participou de uma videoconferência na Bahia e que é necessário nos posicionarmos. Informou que o Conselheiro Federal Hércules Falcão conseguiu contato para o CFA conversar com o Diretor Geral da CGU, que a audiência já estava marcada, mas que ao participar da videoconferência ora mencionada, os nossos argumentos foram desmontados pelos auditores da CGU. Que naquela ocasião o Auditor informou que havia todo tipo de corrupção possível nas empresas que atuam na área de transporte escolar e que diante daquele fato, ele, Cons. Carlos Alberto, argumentou com o auditor que as corrupções aconteciam nas empresas que não eram registradas, fato derrubado pelo auditor, que apresentou o mapeamento das empresas e que as corrupções ocorrem em todas elas, concluindo que os Conselhos não fiscalizam. Diante da manifestação do Auditor, o Cons. Carlos Alberto informou que sugeriu então a realização de trabalho conjunto, propondo a

realização de um Acordo de Cooperação com a CGU, momento em que o auditor informou que não era necessário firmar nenhum acordo uma vez que todas as informações estão no portal da transparência. Informou que, ao final, firmou compromisso de fiscalizar as empresas por meio das informações a serem extraídas a partir do portal da transparência e a partir daí, voltar a conversar com a CGU com o intuito de que aquele órgão fortaleça o Sistema CFA/CRA. Salientou ser necessária articulação no Sistema, uma vez que esta questão está pulverizada nos CRAs, sugerindo a realização de uma força tarefa jurídica para verificar tanto a questão do contencioso administrativo quanto o judicial. Quanto às empresas de limpeza e manutenção o Diretor Carlos Alberto informou que há decisões contrárias em São Paulo e que há estados que estão impedidos de fazerem a cobrança do registro de empresas de locação de mão-de-obra. Com a palavra, o Presidente do CRA-SC, Adm. Djalma Hack informou que Santa Catarina é um dos poucos estados em que se conseguiu que as empresas de asseio, vigilância e conservação permaneçam registradas no CRA, mas que agora o governo do estado não está mais exigindo o atestado de capacidade técnica e o registro no CRA e que diante disto, as empresas estão ameaçando entrar com mandado de segurança contra o CRA. Que o CRA-SC contratou um escritório especializado e que o objetivo do CRA é realizar um trabalho de sensibilização no estado. Informou ainda, que precisará do CFA para interlocução com o TCU e que o CRA-SC servirá como projeto piloto com a intenção de no futuro disseminar o conhecimento com o Sistema. Com a palavra, o Cons. Fábio Macêdo, Diretor de Gestão Pública sugeriu articulação política e institucional dos Presidentes com os Tribunais locais. Ato contínuo, o Dr. Marcelo Dionísio, Assessor Jurídico do CFA ressaltou que de fato a jurisprudência é vacilante, hora é favorável, hora contrária, porém, salientou que o nosso problema também está na abordagem conceitual da questão e informou ter observado que em nenhuma das manifestações ocorridas quanto ao tema foi utilizada a nomenclatura de administração ou terceirização de mão-de-obra. Informou que há precedentes favoráveis, no TRF 1ª Região e em Acórdãos do TCU; procedeu em seguida, à leitura de um trecho de acórdão do TCU “as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração de mão-de-obra”, concluindo em seguida, que o próprio TCU diz que o que importa é a administração da mão-de-obra e que é por isso que ele reconhece que aqueles serviços estão abrangidos no campo da Administração. Salientou ao final que o importante é que se faça a coisa certa com a abordagem adequada. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz informou que não é um trabalho fácil, mas que é por isso que estamos aqui, debatendo as questões com objetivo de sedimentarmos a profissão no imaginário social brasileiro. Com a palavra, o Cons. Gilmar Camargo, Diretor de Relações Internacionais e Eventos citou ser importante que o enquadramento correto já deve partir desde a autuação, com foco na Administração.

33. RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 600, DE 28/06/2021 QUE “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO INCENTIVADO DE DÉBITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Presidente Mauro Kreuz informou que alguns Presidentes de CRAs o procuraram e solicitaram a prorrogação da vigência da Resolução Normativa em questão e apresenta o pleito ao Fórum de Presidentes. Com a palavra, o Presidente do CFA-PA, Adm. Fábio Lúcio salientou ser salutar a prorrogação do REFIS e informou que até 16/11 o CRA-PA recuperou pouco mais de 1 milhão; que a inadimplência aumentou em 2021 e que ao pensar ou repensar o REFIS a preocupação é se inclui ou não 2021. A Presidente do CRA-AP, Adm. Clenis Siqueira informou que a continuidade do REFIS seria de grande importância para o CRA-AP e sugeriu a inclusão de 2021 no programa. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz ressaltou que a proposta ora apresentada não é para a inclusão do exercício de 2021, que aquela inclusão dar-se-ia somente em um novo programa a ser aprovado em 2022; concluindo que a proposição da vigência da atual Resolução Normativa será apresentada ao Plenário do CFA.

34. CLUBE VANTAGENS (CRIE)

O Diretor de Relações Internacionais e Eventos, Cons. Gilmar Camargo informou que o Clube de Vantagens foi lançado no dia 28/09 durante a Jornada do Empreendedorismo e relançado no ENBRA e que a partir de agora, é divulgar o Clube de Vantagens no mercado. Chamou atenção para o fato de o Clube ser do Sistema CFA/CRA e não do CFA. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz salientou que o Clube de Vantagens do Sistema incorpora e não diverge com o Clube dos Regionais. Em continuidade, o Cons. Gilmar Camargo citou que o Clube tem parceiros de todos os estados, com abrangência para atendimento local, regional e nacional. Apresentou as vantagens do Clube; quem são os beneficiários; quais os descontos em lojas on-line; quais os estabelecimentos conveniados nos mais diversos segmentos: gastronomia, viagens, educação, vestuário, lazer; as condições para os registrados usarem o Clube de Vantagens; quem pode ser parceiro e integrar o Clube e ainda, como se dará sua divulgação. Ao final, informou que solicitou aos CRAs a indicação de um ou dois colaboradores para serem treinados na plataforma e que os CRAs de SE e de RR ainda não indicaram colaboradores para trabalhar com o Clube de Vantagens. Salientou que, por exemplo, se um parceiro interessado se cadastrar por meio da plataforma a inclusão somente se dará após consulta ao Regional sobre o interessado, com o objetivo de se evitar colocar no Clube empresas que têm imagens ruins.

35. INFORMES DA CRIE

O Diretor Gilmar Camargo se reportou ao ENBRA realizado nos dias 6 a 08/10, sob o novo modelo, com as realizações do 4 Fóruns específicos. Informou que mais de 21 mil pessoas já visitaram a programação e as palestras; que não houve receita porque o evento não foi cobrado; contou com 61 expositores; que o custo ficou na ordem de R\$14.670,00; foram 21 horas de transmissão, com mais de 5 mil pessoas participante das transmissões; com público de 59% de estudantes e 41% de profissionais, sendo 25% de registrados nos CRAs, 9% profissionais de outras áreas e 7% empresários. Em continuidade, informou que há dois editais em aberto: para o FIA, com prazo para candidatura e propostas até 30/11 e para os ERPA's Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, com prazo para candidaturas até 30/11. Informou que está programado para nos dia 7 a 9/12 o CFA receber a visita dos conselhos federais da Colômbia, Bolívia e Peru que irão conhecer como o Sistema CFA/CRA atua, trocar experiências e estabelecer parcerias. Que além do CFA haverá visita externa com órgãos públicos e privados relativos ao comércio e turismo e que foram eleitos um conjunto de eventos e serviços a serem apresentados a eles, tais como: Clube de Vantagens, o XVII FIA, ACAdm, Certificação Profissional, Programa de Apoio a Pequena e Micro Empresas, IGM, Administração dos Bens do Tráfico, Banco de Talentos. Quanto ao ERPA Sul o Presidente do CRA-PR, Adm. Sérgio Lobo informou que em breve apresentará a data do evento. Com a palavra, o Adm. Rodrigo Fortunato, Vice-Presidente do CRA-RN cumprimentou o CRA-RJ pela homenagem ao Cristo Redentor no dia 09 de setembro, momento em que o Presidente Mauro Kreuz salientou ter sido sensacional a homenagem ao Cristo Redentor. Ato contínuo, o Presidente do CRA-SE, Adm. Jorge Cabral informou que a indicação de SE para o treinamento no Clube de Vantagens foi apresentada ao CFA no dia 16/04.

36. PROJETO PORTAL-MODELO. (CCM)

O Diretor de Comunicação e Marketing, Diego da Costa informou que a base do portal foi o “portal-modelo legislativo” que foi concluído com sucesso em 20 CRAs, além do CFA. Informou que foram publicadas mais de 10 mil notícias, criadas mais de mil páginas, mais de 12 mil arquivos/transparência; com mais de 3 milhões de visibilidade. Informou que o projeto contava inicialmente com investimento na ordem de R\$15.000,00, mas que o custo final resultou em uma economia de R\$6.625,00, promovendo uma economia total na ordem de R\$200.000,00 ao Sistema CFA/CRA. Informou que a próxima etapa consiste no estabelecimento de um Acordo de Cooperação Técnica entre o CFA e o CRA. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz formulou convite a todos os CRAs que ainda não aderiram ao portal modelo.

37. INFOCONV-WS – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA CONVENIENTES VIA WEB SERVICE – CONVÊNIO CFA/RFB. (CFR)

Com a palavra o Cons. Carlos Alberto, Diretor de Fiscalização e Registro informou que O Sistema de Informações firmado com a Receita Federal já está à disposição para os estados firmarem o Termo de Adesão com o SERPRO. Informou que a Câmara de Fiscalização e Registro e o Setor de Informática do CFA desenvolveram um *dashboard*. Que as informações foram sistematizadas por unidade da federação, com informações provenientes do Cadastro Nacional, ou seja, as informações apresentadas mensalmente pelos CRAs. Com a palavra, o Coordenador de Informática do CFA, Sr. José Carlos informou que a concepção do painel foi feita à luz das

temáticas da Câmara e que o foco do trabalho foi a obtenção de ferramenta para que os CRAs tenham insumos suficientes para poderem atuar de forma efetiva e racional em relação à fiscalização. Na sequência, o Coordenador José Carlos apresentou os painéis e relatou detalhadamente a função de cada um deles. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz ressaltou que isto está dentro de dois conceitos: do conceito de Sistema e no conceito do compartilhamento. Informou que as consultas ficarão disponíveis dentro da página do CFA e salientou que a ferramenta se limita à qualidade das informações prestadas pelos CRAs. Ato contínuo, o Presidente Mauro Kreuz ressaltou que o Sistema CFA/CRAs tem que focar mais na captura do que naquilo que nos escapa. O Diretor Carlo Alberto informou que com o convênio estabelecido com a Receita Federal poderemos localizar os dados de forma mais efetiva. Esclareceu que as informações junto à Receita Federal são pagas, que o CFA entregará pacotes customizados aos CRAs e caso o Regional queira avançar em algo mais ele poderá firmar termo de adesão com o SERPRO. Em continuidade, o Coordenador de Informática, Sr. José Carlos informou que o resumo da proposta é levar para os CRAs uma ferramenta que promova a efetividade nas ações de fiscalização de pessoas jurídicas. Que no tocante à pessoa física há a limitação de se ter as informações da Receita Federal. Ao final, o Sr. José Carlos solicitou aos Presidentes que promovam a atualização regular dos dados. O Diretor Carlos Alberto informou que esse painel será complementado com a contratação do big data e da RAIS e que com isto, será bastante completo. O Presidente do CRA-ES, Adm. Maurílio Inês indagou sobre perspectiva de preço e o Diretor Carlos Alberto informou que os valores são estabelecidos por faixas e que a informação completa pode ser obtida com os colaboradores da Câmara de Fiscalização e Registro.

38. SOLUÇÃO BIG DATA. (CFR)

O Diretor de Fiscalização e Registro, Adm. Carlos Alberto apresentou informações sobre as providências adotadas no âmbito do CFA para a abertura de processo de contratação de empresa especializada em tecnologia Big Data Analytics ou BDA. A proposição do CFA consiste em: identificar, praticamente em tempo real, a quantidade de profissionais; quem são; suas ocupações e demais informações sociais importantes, ou seja, traçar perfis ou tendências; "fotografar" o mercado de trabalho, onde estão inseridos os Profissionais de Administração; prestação de serviço imprescindível ao trabalho de fiscalização do exercício das atividades nos campos da Administração. Informou que a licitação está bem avançada, ressaltando que os dados da Receita Federal são muito importantes para a fiscalização de pessoa jurídica e o "big data" e a RAIS, para a fiscalização de pessoa física.

39. CÓDIGO BRASILEIRO DE ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO (CBA) (CFR, CFP E CEPE)

O Diretor Carlos Alberto informou que o projeto para edição do Código Brasileiro de Atividades (CBA) está sendo executado pelas Câmaras de Fiscalização e Registro, Formação Profissional e de Estudos e Projetos Estratégicos e que também já está avançado. Que já está sendo visto com as empresas a proposta de prestação de serviços e o que se deseja com a edição do CBA é a definição clara dos campos típicos bem como dos conexos à profissão de Administração, com o objetivo primordial de subsidiar a fiscalização. Informou que recentemente o CRA-SP realizou trabalho muito importante com a USP. Que SP fez um trabalho importante com a USP, levantando os campos da Administração e que o referido trabalho nos servirá de modelo para embasar o Termo de Referência para a contratação da empresa.

40. GRUPO DE TRABALHO – ENCONTRO NACIONAL DOS FISCAIS DO SISTEMA CFA/CRAS. (CFR)

O Diretor de Fiscalização e Registro, Cons. Carlos Alberto pediu aos Presidentes a compreensão na liberação dos colaboradores designados como integrantes dos grupos de trabalhos oriundos do ENAF. Informou que os produtos dos trabalhos dos grupos serão apresentados na forma de manuais, procedimentos operacionais e de outros materiais; que o pessoal se debruça nos trabalhos, mas que a entrega dos produtos está em atraso. Com a palavra, o Presidente do CRA-RO, Adm. Francisco Tavares informou que está em campanha para colocar os fiscais na estrada; que recentemente o CRA realizou um trabalho muito profícuo, de resultados fantásticos. Registrou agradecimento ao Presidente Mauro Kreuz por ter recebido no último dia 16, ele, a Conselheira Federal Ivanilda Frazão e o Diretor Administrativo e Financeiro, Adm. Ednei. Parabenizou o Diretor de Fiscalização e Registro do CFA, Adm. Carlos Alberto pela realização do ENAF, salientando que o CRA-RO já está obtendo resultados. Ato contínuo, citou algumas ações realizadas e a serem realizadas por aquele Regional. Ato contínuo, a palavra foi passada ao Presidente do CRA-MA, Adm. Jaylson Mendonça e este propôs que, no tocante ao *dashboard* referido no item 37 da presente pauta, sejam indicados quais os CRAs e dados que se encontram desatualizados. Solicitou ainda, em substituição à propositura constante no item 26 (Relatório de desempenho - Ranking dos Regionais) que seja criado painel de gestão em vez de relatório de desempenho, momento em que o Presidente Mauro Kreuz sugeriu, painel de gestão e de desempenho.

41. INFORMES DA CFR

As informações foram apresentadas pelo Diretor de Fiscalização e Registro, Adm. Carlos Alberto no decorrer da reunião.

42. EVENTOS REALIZADOS. (CGP)

O Diretor de Gestão Pública, Cons. Fábio Macêdo informou que de forma geral a Câmara de Gestão Pública está participando de diversos eventos, como a videoconferência GEITEC de Gestão Pública, realizada pela Universidade Federal de Rondônia e que contou com a participação da Presidente Maria da Graça, do CRA-BA; 1º Encontro Maranhense de Gestão Pública, promovido pelo CRA e pelo Sindicato; Webinar "A importância de Guerreiro Ramos para a gestão pública brasileira" que contou com mais de 680 visualizações no CFAPLAY. Ato contínuo, lembrou da normatização para realização dos Prêmios Guerreiro Ramos e Belmiro Siqueira, citando que ambos serão realizados em anos distintos. Que as análises se darão somente no CFA e aos CRAs caberá a divulgação, momento em que o Presidente Mauro Kreuz ressaltou que a nomenclatura dos Prêmios é CFA Belmiro Siqueira e CFA Guerreiro Ramos, que institucionaliza as nomenclaturas. Citando ainda as ações da Câmara, o Diretor Fábio Macêdo informou da participação na Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável com a apresentação do IGM-CFA no painel políticas públicas de desenvolvimento sustentável, em nível regional, feita pelo Conselheiro Federal Júlio Rezende.

43. APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI À CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. (CGP)

Informou que a Paraíba iniciou um projeto de lei na gestão pública, que já foi aprovado, faltando somente a sanção pelo Prefeito, salientando que o referido projeto prevê que os currículos de todos os detentores de cargos em Comissão tenham notoriedade pública. Citou que a Câmara está trabalhando em outro projeto de lei, dos controles internos, ressaltando que este está com bastante dificuldade de avanço, por mexer no *status quo* das pessoas que ocupam os cargos.

44. ASSINATURA ACT OBSERVATÓRIO SOCIAL BARREIRAS/BA. (CGP)

O Diretor Fábio Macêdo informou que foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com o Observatório Social de Barreiras com o objetivo de aplicar a utilização do IGM-CFA. Informou que foram estabelecidos três princípios: sustentabilidade, reciprocidade e foco nos resultados e quando foi firmado o referido Acordo foi indicado ao Observatório a busca de um Administrador no CRA-BA, capacitado por meio do Workshop de Gestão Pública, para responder tecnicamente pelo Observatório.

45. PROPOSTA ACT – CFA/SEAF. (CGP)

O Diretor de Gestão Pública, Cons. Fábio Macêdo informou que está em encaminhamento o estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica com SEAF (Secretaria Especial de Assuntos Federativos). Informou que a Secretaria trabalha diretamente com todos os municípios brasileiros. Que a parceria prevê a divulgação das ações do CFA; espaço nos eventos do Governo Federal e reciprocidade institucional.

46. **WORKSHOP ACRE. (CGP)**

O Diretor Fábio Macêdo informou que em 2019 ficou pendente a realização do Workshop de Gestão Pública em 7 estados, mas que por questão orçamentária as realizações foram suspensas em agosto de 2019. Que recentemente, em 2021, a Diretoria Executiva aprovou a continuidade da realização dos eventos. Informou que o projeto tem como foco o treinamento, a formação de Administradores para atuarem como consultores junto às prefeituras municipais. Que para o ano que vem ficam faltando 8 estados, que integrarão o orçamento de 2022. Informou que no Acre o Workshop de Gestão Pública contou com mais de 30 participantes, em 10 horas de atividades. Informou que o CFA enviou correspondência informando.

47. **TREINAMENTO IGM/CFA. (CGP)**

O Diretor Fábio Macêdo informou que foram ministradas capacitações do IGM-CFA nos estados do Espírito Santos, Bahia e Rio de Janeiro, apresentando destaques dos treinamentos em cada um dos estados mencionados. Em seguida, informou sobre o lançamento do livro Gestão Municipal no Brasil, parceria da Oficina Municipal com o CRA-SP, dia 06/07/2021. Salientou que um capítulo foi assinado por ele e pelo Presidente do CFA, Adm. Mauro Kreuz. Com a palavra, informou que o posfácio também foi do CFA. Em continuidade, o Diretor Fábio Macêdo apresentou o clipping de notícias IGM/CFA e destacou a utilização do acesso exclusivo do IGM-CFA, que cria possibilidades de novos registros. Que o pensamento na essência é gerar novos registros e promover a inserção do Administrador no mercado de trabalho. Na sequência, o Presidente Mauro Kreuz se reportou à Rede Governança Brasil e informou que o CFA está em vias de celebrar convênio com a referida Rede e que ele sugeriu ao Ministro Augusto Nardes, salientando que aquele Ministro acolheu a sugestão, a concretização do projeto estratégico de nação. Outro ponto abordado pelo Presidente Mauro Kreuz foi a solicitação de determinado CRA, de nova capacitação de gestão pública, citando que a solicitação não foi acolhida, uma vez que o CRA deverá utilizar os profissionais já capacitados, evitando-se assim, novo gasto.

48. **PORTAL TALENTO (CEPE)**

O Conselheiro Marcos Kalebbe, Diretor de Estudos e Projetos Estratégicos informou que o projeto visa a empregabilidade e a fiscalização dos profissionais em Administração. Passou a palavra ao colaborador do CFA, Sr. Weuller e este, informou que o projeto foi idealizado pela Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos com apoio da Coordenadoria de Informática do CFA; que o valor previsto para licitação em 2020 foi na ordem de R\$100.000,00 e optou-se pelo desenvolvimento interno no CFA, em maio de 2021, quando foi iniciado o trabalho. Informo que o objetivo principal do projeto é ser a plataforma oficial da Administração para conectar empresas aos profissionais de Administração e que os objetivos secundários são a prospecção de novos registros; auxiliar os CRAs no processo de fiscalização; mapear as formações acadêmicas dos profissionais de Administração; mapear as necessidades do mercado de trabalho, por meio das oportunidades cadastradas; mapear os não cruzamentos de talentos x oportunidades. Apresentou informações quanto ao cronograma de desenvolvimento do projeto e ainda as próximas etapas a serem desenvolvidas como: adequação do layout, cadastro de outras atividades, sistemas internos de notificações de mensagens, teste de perfil comportamental, cruzamento automático e outras. Em continuidade, apresentou o que seria o possível *lay out* da plataforma e fez uma demonstração do sistema. Com a palavra, o Diretor de Estudos e Projetos Estratégicos, Cons. Marcos Kalebbe informou que é necessária a colaboração dos CRAs para a questão da comunicação direta com as empresas recrutadoras. O Presidente Mauro Kreuz cumprimentou pelo trabalho salientando ser fantástica as possibilidades conciliadas aos demais projetos e iniciativas que estão sendo adotadas pelo Sistema CFA/CRAs. O Cons. Amílcar Pacheco cumprimentou a Câmara e os colaboradores que estão desenvolvendo o projeto.

49. **OUTROS ASSUNTOS**

A Cons. Cláudia Abreu, Presidente do CRA-RS pediu para registrar o falecimento do Adm. João Alberto Fernandes, Cons. Suplente do CRA-RS. Ato contínuo, o Presidente Mauro Kreuz passou a palavra ao Presidente do CRA-DF, Adm. Jairo Ubiraci para a saudação final, e este, se reportou aos diversos tópicos abordados no decorrer do Fórum de Presidentes do Sistema CFA, ressaltando que é necessário continuar a toada, que passamos um ano muito ruim. Desejou a todos um retorno maravilhoso, um bom natal e um ano com muita saúde e paz, agradecendo em seguida, a presença de todos. Com a palavra, o Cons. Rogério Cristino, Diretor Administrativo e Financeiro parabenizou todo o grupo de Presidentes, salientou que fez todas as anotações pertinentes à Câmara de Administração e Finanças; informou que o ERAFIC está incluído no orçamento para o exercício de 2022 e ainda, que registrou a sugestão para alteração do artigo 5º da RN 610/2021. Em nome dele e da CAF desejou feliz natal e ano novo. Ato contínuo, o Presidente Mauro Kreuz salientou que a 4ª onda da covid se deve aos negacionistas, que optaram por não se vacinarem. Concluiu agradecendo inicialmente ao SEBRAE por ter nos acolhido mais uma vez, agradeceu ao staff do CFA, à cada um dos Diretores, ao Presidente Jairo Brandizzi pela hospitalidade do CRA, a cada um dos Presidentes pela elegância, educação, etiqueta, inteligência, envolvimento, compartilhamento, reflexões sábias e pertinentes que fizeram desses dois dias um ambiente de maravilhoso aprendizado. Ressaltou que sairá da reunião bem melhor do que como entrou. Que o aprendizado é o grande sentido do Fórum de Presidentes. Desejou saúde a todos, feliz e abençoado natal em família. Desejou que o ano de 2022 seja abençoado, um ano de crescimento e que tudo aquilo que está sendo desenhado encontre em 2022 a sua concretude e resultado para que concluamos 2022 deixando um bom legado para os colegas que vierem depois.

50. **AGENDA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO**

- 1º Fórum de Presidentes, dias 17 e 18/02/2022, em Brasília/DF

51. **ENCERRAMENTO**

Às treze horas e trinta e quatro minutos o Presidente Mauro Kreuz encerrou a sessão.

Lida e aprovada a ata, assinam:

Adm. Jairo Ubiraci Baptista Salles Brandizzi
Presidente do CRA-DF
CRA-DF nº 006599

Adm. Francisco Rogério Cristino
Diretor Administrativo e Financeiro no exercício da Presidente do CFA
CRA-CE nº



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Mauro Kreuz, Presidente**, em 29/08/2022, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **1394205** e o código CRC **2D575874**.